

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

DISPONIBILIDADE

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 12 NÚMERO 6 JUNHO DE 1988

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA



IMPRESSO

(10 EXEMPLARES)

FGV-EAESP
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 - 10. AND
01313 SÃO PAULO SP



INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (**Chefe do Cea/Ibre/FGV**)

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cyhlar Monteiro.

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (**preços no nível do produtor**), fone: 233-6443; **v a g o** (**pecuária e cacau**), fone: 233-6443; Eliana Conde Barroso Leite Viglio (**arroz, feijão e tomate**), fone: 233-6338; Fernando Roberto de Freitas Almeida (**soja, trigo e uva**), fone: 233-6443; **v a g o** (**café e amendoim**), fone: 253-2066; **v a g o** (**cana-de-açúcar, álcool, mandioca**), fone: 233-6338; **v a g o** (**algodão, outras fibras vegetais e laranja**), fone: 233-6338; Irene Raguene Troccoli (**milho, aves e suínos**), fone: 253-1263; Janet Fajardo Zaidhaft (**cebola e mamona**), fone: 253-1263; Maria José Cyhlar Monteiro (**política agrícola**), fone: 233-6195; e Martha Macedo de Lima Barata (**aveia, centeio, cevada e sorgo**), fone: 253-1263.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin (**preços de terras, salários e serviços**), fone: 233-6338; Lúcio Junqueira Campos (**preços recebidos**), fone: 233-6195; Mário Sachs Rabello (**índices e relações de trocas**), fone: 233-8588; e Oraide Terezinha Novaes (**preços de insumos**), fone: 253-2066.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (**bibliotecária**) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnico de editoração: João Daniel de Castro Filho.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira (**secretária**), fone: 233-6040; Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior.

Composição: Iolanda Aparecida da Silva e Neli Martins Mascarenhas.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 - 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1- 1977 mensal	,n.1- CDU 631(05)	1977-
--------------------------------------	------------------------------	-------

Rua da Candelária, 6 Telex: 212-3840 FGVE BR 20.091 - Centro - Rio de Janeiro - RJ BRASIL
--

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

Há cerca de vinte anos, o **Centro de Estudos Agrícolas** publicou seu primeiro estudo sobre a disponibilidade **per capita** de alimentos, no **Brasil**. Desde então, foram feitas várias atualizações, algumas delas inseridas em **Agroanalysis**. Nesta edição, há uma notícia acerca da recente disponibilidade de seis importantes produtos vegetais (arroz, batata-inglesa, feijão, milho, soja e trigo).

Convém destacar o processo experimentado pelo feijão que, malgrado sua relevância, é lavoura das mais problemáticas da agricultura brasileira (**Agroanalysis** dela se ocupa com freqüência, desde o seu volume I, número 2, de 1977). Trata-se de alimento profundamente enraizado na cultura do país. Há mais ou menos três mil variedades, o que dificulta a padronização, mas possibilita ampla disseminação do cultivo, que se realiza, sobretudo, entre os pequenos produtores (60% das propriedades que plantam têm menos de 5 ha). Durante muito tempo, o **Brasil** deteve a primeira posição mundial, como produtor e consumidor de feijão.

Contudo, apenas após a criação da **Embrapa**, a lavoura passou a dispor de recursos para sua melhoria, a longo prazo. Mesmo assim, além do deslocamento do cultivo para terras freqüentemente impróprias, é ainda reduzido o uso de sementes melhoradas.

Dessa forma, encurralada entre a fragilidade da produção no campo, entraves diversos no processo de venda e o escasso poder de compra da população, a leguminosa tem sua disponibilidade reduzida ano após ano, desfalcando de proteínas a precária dieta dos brasileiros. O desempenho recente da atividade e as perspectivas do mercado para os próximos meses também são tratados neste número (leia, nas páginas 2 a 7).

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO DAS LAVOURAS

- Feijão 2

PRODUTOS VEGETAIS

- Cevada 8
- Mamona 11

PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS

- Ovos 13

ENSAIO ESPECIAL

- Disponibilidade interna para consumo humano de alguns gêneros alimentícios 15

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGROPECUÁRIA

- Safra Argentina:
 Soja e Girassol 21
- Salários no Meio Rural 22

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

- 24

PREÇOS RECEBIDOS

- 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO

— PREÇOS

- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

- 32

Condições climáticas propícias, na maior parte do país, permitem recuperação da oferta interna e novas regras de comercialização deverão impedir defasagem dos preços.

Os problemas ocorridos na comercialização, no ano passado, decorrentes principalmente do resultado pouco satisfatório das safras, não se deverão repetir, em 1988. No que concerne à oferta, a expectativa atual, finda a colheita e a rápida distribuição do produto da safra **das águas**, é de relativa tranquilidade. O mercado deverá permanecer suficientemente abastecido até o final do ano, mesmo na hipótese de ocorrência de elevação do consumo, no segundo semestre.

O abastecimento de feijão sempre deu motivo a controvérsias. A lavoura pouco evoluiu ao longo da última década e, a não ser por uma política espasmódica de estímulo via preços mínimos e crédito agrícola (e, portanto, de curto prazo), não poderia assegurar o seu espaço nas regiões tradicionalmente produtoras e,

até, registrar pequenas expansões na área cultivada. Entretanto, a perpetuação do caráter majoritariamente rudimentar da lavoura, malgrado iniciativas da pesquisa agrícola e da extensão rural, manteve a natureza acentuadamente cíclica da produção¹. Tais oscilações freqüentemente provocam crises de abastecimento.

Nos últimos três anos, o consumo variou entre 2,3 e 2,4 milhões de t, níveis que pouco se afastam daqueles obtidos há sete anos (ver Quadro 01). A CFP calcula que serão consumidas 2,6 milhões de t, em 1988, ou seja, 300 mil t a mais do que em

1987. De fato, este aumento terá condições de se concretizar, tendo em vista a decisão de se extinguir o subsídio ao consumo do trigo e a provável queda nos preços reais dos **feijões-de-cores**, a partir da entrada da segunda safra, se seu desempenho efetivo corresponder ao otimismo das atuais previsões. Em outras palavras, a população poderá consumir mais feijão e menos massa. É bom ressaltar que o resultado da segunda safra será fundamental para o abastecimento nos próximos meses, uma vez que os baixos estoques governamentais existentes no início do

¹ O rendimento físico médio das lavouras brasileiras de feijão é dos mais baixos do mundo. Culturas adequadamente conduzidas, dentro de um ajustado padrão tecnológico, são capazes de produzir até 2.500 kg/ha. Nos últimos cinco anos, a média das produtividades obtidas no plantio **das águas** (de um modo geral, conseguem resultados superiores aos alcançados pelas lavouras da segunda safra), sequer ultrapassou 500 kg/ha. A **grosso modo**, constata-se que as lavouras brasileiras mal exploram a parca fatia de 20% do potencial produtivo da espécie. As razões estão quase sempre associadas à condição do produtor, em sua maioria pequeno e descapitalizado. Daí, a dificuldade do acesso ao crédito, a escassa utilização de sementes fiscalizadas, a reduzida absorção dos resultados das pesquisas varietais e, principalmente, o deficiente investimento em irrigação. Destaca-se aqui um fato importante: no **Paraná**, **São Paulo** e parte da região **Centro-Oeste** a rápida expansão da área

plantada de soja forçou um deslocamento da cultura de feijão para áreas menos férteis, marginalizando-a (a incidência do vírus do **mosaico dourado** no feijoeiro vem crescendo nos últimos anos). A doença é transmitida pela mosca branca, cujo hospedeiro preferencial é a soja, onde não provoca maiores danos. A convivência das duas culturas numa mesma região não é prejudicial ao feijão, quando são plantadas na mesma época (safra **das águas**), pois a mosca branca permanece na soja enquanto o ciclo do feijão é encerrado sem maiores problemas. No entanto, o feijão da segunda safra fica seriamente comprometido nestas regiões, uma vez que seu plantio coincide com o final do ciclo da soja, e a população do inseto encontra-se em níveis elevados. Assim, o feijão é afetado pela migração do vetor, já infectado com o vírus adquirido em hospedeiros alternativos (plantas daninhas). O **mosaico dourado** provoca sérios prejuízos ao feijão, podendo ocorrer a perda total da lavoura.



QUADRO 01 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE FEIJÃO – 1979/80 A 1987/88
(em mil t)

ANC	ESTOQUE INICIAL	OFERTA			DEMANDA		ESTOQUE FINAL
		Produção	Importação	Total	Consumo	Exportação	
1979/80	304,0	1.895,2	39,8	2.239,00	2.217,00	0,0	22,0
1980/81	22,0	2.407,0	5,6	2.434,6	2.414,1	0,0	20,5
1981/82	20,5	3.097,6	3,5	3.121,6	2.459,5	6,6	655,5
1982/83	655,5	1.653,9	3,7	2.313,1	2.076,6	14,9	221,6
1983/84	221,6	2.616,1	60,5	2.898,2	2.723,5	5,6	169,1
1984/85	169,1	2.533,8	15,3	2.718,2	2.378,2	9,7	330,3
1985/86	330,3	2.244,8	85,0	2.660,1	2.400,0	0,0	260,1
1986/87	260,1	2.106,8	20,0	2.386,9	2.300,0	0,0	86,9
1987/88(1)	86,9	2.804,6	10,0	2.901,5	2.600,0	0,0	301,5

FONTE – CFP.

(1) Estimativa de abril.

ano propiciaram um rápido escoamento do feijão da primeira safra. Além disso, 94% destes estoques são constituídos de **feijão-preto** (ver Quadro 02), cujo consumo praticamente se restringe aos estados do **Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul**. Não chegou a ultrapassar nos últimos três anos a média de 20% do total consumido no país.

A safra **das águas**, apesar de desfalcada pela quebra da produção baiana, alcançou resultado satisfatório. O IBGE estimou, em março, que este poderá superar em 72% o obtido na safra de 1986/87. Entretanto, nesta última, registram-se grandes perdas

por razões climáticas, verificando-se, em linhas gerais, um fraco desempenho. Agora, na melhor das hipóteses, a safra irá repetir os níveis de 1982, quando, então, a produção atingiu cerca de 1,7 milhão de t, a maior safra **das águas** dos últimos dez anos (ver Quadro 03).

No **Paraná**, principal produtor da safra **das águas**, a colheita encerrou-se em fevereiro, totalizando 454 mil t, 23% a mais do que a obtida no ano passado (Quadro 04). Segundo o **Departamento de Economia Rural**, da **Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná**, a ocorrência de chuvas excessivas em novembro, seguida

por estiagem nos dois meses subsequentes, não chegou a afetar seriamente as lavouras. As perdas foram pequenas. Na verdade, o clima beneficiou as culturas que já haviam completado a fase de maturação e propiciou um produto de boa qualidade, em função do menor teor de umidade.

Na ocasião do plantio da safra paranaense, o **feijão-preto** no mercado atacadista estadual estava cotado em Cz\$ 1.000,00/60kg, enquanto o **feijão-de-cores** alcançava Cz\$ 1.655,00/60 kg. Esta defasagem influenciou na decisão dos produtores, que expandiram a área das va-

QUADRO 02 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE FEIJÃO-PRETO – 1979/80 A 1987/88
(em mil t)

ANO	ESTOQUE INICIAL	OFERTA			DEMANDA Consumo	ESTOQUE FINAL
		Produção	Importação	Total		
1979/80	22,0	512,9	32,6	567,5	548,0	19,5
1980/81	19,5	676,0	2,1	697,6	677,1	20,5
1981/82	20,5	904,0	0,0	924,5	679,5	245,0
1982/83	245,0	463,1	0,0	708,1	621,2	86,9
1983/84	86,9	611,3	4,2	702,4	644,2	58,2
1984/85	58,2	540,4	0,0	598,6	449,2	149,4
1985/86	149,4	310,5	73,0	532,9	420,0	112,9
1986/87	112,9	484,9	17,0	614,8	533,3	81,5
1987/88(1)	81,5	424,7	10,0	516,2	480,0	36,2

FONTE – CFP.

(1) Estimativa de abril.

QUADRO 03 - BRASIL - PRODUÇÃO DAS SAFRAS DAS ÁGUAS E DA SECA DE FEIJÃO - 1987 A 1988

ANO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	Águas	Seca	Águas	Seca	Águas	Seca
1977	1.844.270	2.717.717	1.138.325	1.188.875	617	444
1978	1.979.211	2.613.559	1.162.166	1.025.712	587	392
1979	1.870.330	2.341.274	1.116.340	1.070.620	599	457
1980	2.286.213	2.351.501	1.169.625	799.269	512	340
1981	2.525.286	2.504.517	1.367.016	971.702	541	388
1982	3.416.934	2.512.806	1.670.086	1.237.127	489	492
1983	2.334.236	1.734.636	900.458	686.535	386	396
1984	2.826.836	2.479.552	1.400.603	1.220.406	495	492
1985	2.849.533	2.466.185	1.459.389	1.088.536	512	441
1986	2.865.888	2.618.702	1.006.669	1.212.809	351	463
1987	2.867.018	2.348.565	1.051.828	967.632	367	412
1988 ¹	3.442.727	...	1.796.093	...	522	...

FONTE - IBGE.

¹ Estimativa de abril.

riedades de cores, em detrimento do cultivo do **feijão-preto**.

Nos últimos anos, a tendência à substituição do plantio deste último pelo de cores vem-se cristalizando em várias regiões do país, face aos critérios oficiais de controles quantitativos e de preços do **feijão-preto**, que limitam seu desempenho no mercado e desincentivam sua produção. No **Paraná**, as lavouras de **feijão-preto** ocupam tradicionalmente o Sul do estado (ver **Agroanalysis**, vol. 8, nº 1, janeiro de 1984 e vol. 9, nº 3, março de 1985). Segundo o **Deral**, a produção dos **feijões-de-cores** nesta primeira safra do **Paraná** superou a do **preto** (de 45% do total alcançado no ano passado, passou para 52% este ano). Contudo, apesar da substituição, foram colhidas 218 mil t de **feijão-preto**, 7% a mais do que na safra das águas 1986/87.

Em **Santa Catarina**, as lavouras da região Oeste foram beneficiadas por boas condições climáticas e a produção compensou as grandes perdas ocorridas nas microrregiões do Planalto e Alto Vale do Itajaí, esta última bastante afetada pela estiagem de outubro/novembro. A produção estadual atingiu patamares aceitáveis e deverá registrar expansão de 14%

comparativamente à do ano passado, segundo o **IBGE**.

A safra paulista também transcorreu bem e o rendimento físico foi o principal fator determinante do aumento da produção. Colheram-se 35% a mais do que no período das águas anterior e a exemplo do que ocorreu este ano nas principais regiões produtoras de feijão do país, o clima adequado permitiu razoáveis ganhos de produtividade. Em **São Paulo**, esse acréscimo foi expressivo: o rendimento médio situou-se na faixa de 13 sacas/ha (cerca de 800 kg/ha). À época da comercialização, os agricultores paulistas conseguiram Cz\$ 1.600,00/60 kg (valor que se encontrava alinhado com o preço mínimo então vigente, Cz\$ 1.659,62/saca), e o **Instituto de Economia Agrícola** estimava o custo de produção em torno de Cz\$ 1.200,00/60 kg. Esta margem agradou aos produtores e, conjugada com os elevados rendimentos físicos, pôde conferir à cultura boa rentabilidade, que serviu de estímulo ao plantio da **seca**, iniciado em fevereiro.

Em consequência do atraso no plantio da primeira safra do **Paraná** e de **São Paulo**, devido à escassez de chuvas à época da semeadura, o pico

da colheita destes estados coincidiu com o início das safras catarinense e gaúcha, no princípio do ano. Em dezembro/janeiro, a concentração da oferta dos **feijões-de-cores** impediu maior evolução dos preços destas variedades no mercado que, entretanto, manteve-se em equilíbrio, em função dos baixos estoques do produto e da intensificação das remessas do **Centro-Sul** para o abastecimento de outras regiões, principalmente para os estados do **Nordeste**. A esta altura, já se delineava o insucesso da safra baiana, intensamente afetada pela **seca**. Em Irecê, a mais importante região produtora de feijão do **Nordeste** e responsável por cerca de um terço da área cultivada na **Bahia**, as perdas foram enormes e a situação se agravou porque as altas temperaturas favoreceram a rápida disseminação de fungos². Os produtores que plantaram tardiamente tive-

² Um fator a destacar é que a infestação por fungos da espécie **Macrophomina phaseolina Tass. Gold**, agente causal da podridão cinzenta do caule, foi bastante intensa e, provavelmente, está associada à utilização de sementes contaminadas.

QUADRO 04 - BRASIL - PRODUÇÃO DA SAFRA DAS ÁGUAS DE FEIJÃO - 1986/87 A 1987/88¹

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
PR*	705.200	700.000	370.050	454.200	525	649
SC*	271.000	270.000	189.700	216.000	700	800
SP*	200.768	181.200	107.617	145.000	536	800
RS*	172.405	155.387	99.305	128.854	576	829
MG*	234.915	238.850	95.651	107.250	407	449
CE	327.744	641.686	43.132	228.692	132	356
PI	261.007	341.701	43.088	153.768	165	450
BA	415.619	463.585	31.258	123.885	75	267
ES	39.874	41.203	18.874	27.834	473	676
MA	41.094	42.098	15.399	18.514	375	440
RN	166.519	182.345	11.601	68.188	70	374
MS*	13.628	11.474	8.328	6.208	611	541
MT*	13.437	17.144	4.742	5.244	353	306
RJ	5.577	6.045	2.571	4.286	640	709
GO*	6.520	8.810	3.260	4.400	500	449
RJ	5.577	6.045	2.571	4.286	640	709
Outras	...	140.463	...	103.275	...	735
BRASIL	2.875.819	3.442.727	1.045.878	1.796.093	364	522

FONTE - IBGE.

¹ Estimativa de abril.

* Área, produção e rendimento obtidos.

ram suas lavouras atingidas pelo veranico em plena floração, o que causou efeitos drásticos. Em março, a **Fundação Cepa** estimou que a produção de Irecê não deverá ultrapassar 60 mil t, o que corresponde a uma redução de 50% nas previsões iniciais.



Apesar da quebra da safra de Irecê, considerada fundamental para suprir o mercado durante a entressafra (sua colheita se estende de fevereiro a abril, no intervalo entre a safra **das águas** e a **da seca**), a boa produção obtida no **Centro-Sul** garantiu o abastecimento do mercado que, não obstante, manteve-se firme e sustentado pela correção mensal do preço mínimo. No início de fevereiro, as cotações do **carioquinha**, tipo 1 extra, no atacado paulista, já alcançavam Cz\$ 2.500,00/60 kg, com uma valorização de 28% frente ao preço médio observado em janeiro.

A partir daí, com a gradativa diminuição das entradas dos produtos paulista e paranaense, visto que se aproximava o encerramento da colheita nestes estados, o mercado se fortaleceu e os preços no atacado subiram. Nos primeiros dias de março, consolidada pelo reajuste do preço mínimo e pelo final da safra, a reação do mercado foi mais sensível e o **carioquinha** tipo 1 extra regis-

trou alta acentuada, sendo cotado a Cz\$ 4.000,00/60 kg no comércio atacadista de **São Paulo**.

A comercialização da primeira safra foi bastante ágil e a tendência altista do mercado possibilitou a concessão de margens razoáveis aos produtores. Em **São Paulo**, a lucratividade dos agricultores foi ampliada, não somente pela proximidade das zonas de produção do centro atacadista como, também, pela alteração na sistemática de recolhimento do **ICM** incidente sobre o **feijão**, decretada em fevereiro pelo governo estadual, com a isenção do tributo a produtores e atacadistas. No decorrer da comercialização, os preços recebidos pelos produtores paulistas mantiveram-se superiores aos praticados no **Paraná** e em **Santa Catarina**. Nos três estados, houve um consenso quanto à rentabilidade da safra **das águas** ter sido satisfatória e estimulante, o que deverá ampliar a área cultivada com o feijão da **seca**.

Se, por um lado, o abastecimento

QUÁDRO 05 – CIDADES DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO – PREÇOS DO FEIJÃO NO VAREJO – 1986 A 1988
(Cz\$/kg)¹

MÊS	RIO DE JANEIRO (Preto)			SAO PAULO (Carioca)		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988
JAN	86,40	75,38	76,67	117,79	85,37	78,27
FEV	93,47	63,92	71,54	109,14	74,85	88,24
MAR	86,65	57,04	73,79	106,83	73,25	110,10
ABR	68,06	73,68	82,82	109,97	101,73	101,51
MAI	94,25	69,49		109,36	139,95	
JUN	91,29	68,53		104,90	139,30	
JUL	95,14	69,34		107,72	124,39	
AGO	90,56	64,22		108,44	107,78	
SET	89,43	60,45		107,45	102,84	
OUT	89,05	56,89		104,80	98,13	
NOV	85,97	58,12		98,79	89,75	
DEZ	80,18	69,93		105,68	81,51	

FONTE – Sunab.

¹ Preços corrigidos pelo IGP-DI, para abril de 1988.

dos **feijões-de-cores** parece estar garantido até o final do ano (dependerá do desempenho da segunda safra, atualmente transcorrendo com tranquilidade), as perspectivas quanto à disponibilidade de **feijão-preto** não são muito otimistas. Com a safra reduzida (as últimas estimativas apontam para uma produção de 425 mil t em 1987/88, 12% a menos do que no ano passado) reflexo do desestímulo derivado da má comercialização de anos anteriores, a oferta é pouca e se teme por eventual escassez. Houve forte pressão altista no mercado no final do ano passado, à época intensificada pela liberação dos preços no varejo e pela baixa disponibilidade de produto novo. Então, os preços no atacado do **Rio de Janeiro** subiram 22%, em apenas uma semana. Entretanto, as elevadas cotações do produto no mercado final reduziram a demanda, o que equilibrou a situação do abastecimento e permitiu conter a ascensão dos preços. Em janeiro/fevereiro, o mercado esteve calmo e os produtores tiveram que recorrer à contratação de EGF, pois sua remuneração mal alcançava o preço mínimo e as cooperativas encontravam dificuldades nas vendas para o mercado carioca. Na primeira

semana de março, o mercado esboçou uma reação, com nova alta nos preços. A saca do **feijão-preto** que, em fevereiro, custava em média Cz\$ 2.200,00/60 kg no atacado do **Rio de Janeiro**, chegou a ser cotada a Cz\$ 3.200,00/60 kg. Este comportamento foi justificado, tanto pela impossibilidade de o mercado continuar se abastecendo a preços defasados em relação ao novo preço mínimo e com os próprios custos da estocagem em EGF, como pela existência de intermediação especulativa. A retenção do produto por atravessadores foi

detectada principalmente no **Paraná** e no **Rio Grande do Sul** sendo que, neste último estado, as manobras foram favorecidas pela presença do feijão argentino de boa qualidade no mercado, na época da colheita, com o qual os produtores dificilmente poderiam competir.

Em março, com o encerramento da colheita, o fornecimento de **feijão-preto** passou a depender dos estoques das cooperativas, que permaneciam vinculados aos financiamentos de EGF e a cujo custo o mercado teria de se compatibilizar. Após um



período de poucos negócios, houve recuperação nas vendas, mas os preços no varejo que, em abril, para o produto de melhor qualidade, chegaram a atingir Cz\$ 140,00/kg ao consumidor carioca, mantinham a demanda reprimida e estabilizadas as cotações no atacado. O Quadro 05 mostra a evolução dos preços reais do **feijão-preto** e **carioca**, entre janeiro de 1986 e abril de 1988, no mercado varejista das cidades do **Rio de Janeiro** e **São Paulo**, respectivamente.

A partir de maio, o mercado voltou a se firmar, em função da escassez de produto novo (houve quebra nas segundas safras de **Santa Catarina** e **Goiás**) e pela necessidade de um efetivo **realinhamento** com os custos de remissão dos EGF. Com o ajustamento, os preços nos níveis do produtor e do atacado superaram os do **feijão-cariquinha**, sendo que o diferencial médio no atacado chegou a atingir 34%. Deve-se levar em conta que, no referido mês, o mercado de **feijão-de-cores** encontrava-se estabilizado, devido ao início da colheita da segunda safra e à liberação gradual, a partir de março, dos estoques remanescentes da primeira safra, que as cooperativas mantinham retidos em EGF (na expectativa de que os preços subissem ainda mais na curta entressafra de março e abril), mas que temiam continuar detendo pela proximidade da entrada de feijão novo no mercado.

A produção de **feijão-preto** na safra da **seca** é tradicionalmente pequena e este ano deverá ser ainda menor: a CFP a estimou, recentemente, em apenas 48,1 mil t. O governo detém ainda um estoque de 81,5 mil t e estes números, adicionados à produção da primeira safra e ao produto importado no ano passado, totalizam 516,2 mil t, **versus** um consumo provável de 480 mil t. Embora este panorama caracterize uma situação de abastecimento relativamente comprimida, é provável que os efeitos da atual crise econômica sobre a demanda atenuem as possi-



veis práticas altistas. Daqui para a frente, o mercado tende a se reequilibrar e a instituição da faixa de livre mercado (ver **Preceitos de Política Agrícola**, **Agroanalysis**, vol. 12, nº 1, janeiro de 1988) garantirá para o

3 De acordo com as novas normas que disciplinam a atuação do Estado na comercialização dos produtos agrícolas, o governo só poderá intervir nos mercados através da compra e venda dos estoques e da liberação das importações, quando os preços de mercado, no atacado, extrapolarem um preço-teto previamente determinado para cada produto. Para o feijão, este preço-referência é obtido pela média dos últimos sessenta meses de preços reais no atacado de **São Paulo**, acrescida de uma margem fixa de 17%.

produto uma razoável amplitude de variação de preços, permitindo melhores resultados na comercialização. Discute-se muito a real necessidade de importações, no momento inoportunas e contrárias às regras de comercialização³. Entretanto, para fazer valer o acordo comercial mantido com a **Argentina**, o qual previa a importação de 40 mil t de **feijão-preto** no ano passado (das quais 30 mil foram efetivamente compradas), o governo concedeu em maio autorização para a iniciativa privada importar as 10 mil t restantes. A liberação impõe, contudo, que esta quota seja internalizada somente a partir da segunda quinzena de agosto. Até lá, supõe-se que os preços de mercado já tenham atingido os níveis de intervenção.

A colheita da safra da **seca** ocorre de maneira menos concentrada do que a primeira e, conseqüentemente, exerce menor pressão de oferta no mercado. As expectativas de produção, porém, são boas e contribuíram para certo **enfraquecimento** do mercado de **feijão-de-cores** por ocasião das primeiras entradas da safra. No **Nordeste**, propiciada por boas condições climáticas, a produtividade se expandiu e se aguarda excelente produção.

A CFP estimou, em maio, que a segunda safra poderá atingir 1,6 milhão de t, nível não somente capaz de garantir o pleno abastecimento até o final do ano como, também, de gerar um excedente, da ordem de 300 mil t.

Se confirmadas tais previsões, espera-se a normalização do mercado que, a partir de junho, tenderia a evoluir em consonância com as variações da OTN (o preço mínimo será corrigido de acordo com a variação da OTN até julho, na região **Centro-Sul**, e até setembro, na região **Nordeste**). Neste caso, o consumo seria favorecido por uma evolução nos preços mais contida, em termos reais, podendo alterar-se em 1988, a tendência de retração observada nos últimos anos.

CEVADA

Aumento da produção interna e melhoria da qualidade reduzem as importações de malte. A comercialização tem transcorrido sem problemas nos últimos anos.

A produção de cevada no **Brasil** é inteiramente destinada ao mercado interno e o seu custo de produção supera as cotações do mercado mundial. Estas têm estado bastante deprimidas na década atual, principalmente em razão dos subsídios dados pelos países da **Comunidade Econômica Européia**, grande produtora e exportadora. Todavia, adversidades climáticas ocorridas na **Europa**, em 1987, prejudicaram a safra e, conseqüentemente, as cotações têm-se recuperado significativamente, desde meados do último ano. Certamente, é um fenômeno conjuntural, mas se espera que os preços internacionais da cevada e do malte mantenham-se elevados na safra de 1988. Os contratos mundiais de compra e venda são efetuados principalmente no segundo semestre, por ocasião da safra européia.

No **Brasil**, nos últimos três anos, com o aumento da produtividade física das lavouras e a melhor qualidade do produto obtido, a maior parte das maltarias tem diminuído suas importações, passando a adquirir apenas a cevada da produção local (ver Quadro 06). No momento, definem-se as intenções de plantio dos agricultores, no que se refere à safra de inverno, e as primeiras avaliações dão conta de que a área plantada deverá ser semelhante à dos dois últimos anos, em torno de 103 mil ha. Supõe-se que a maltaria instalada no **Rio Grande do Sul**, que costuma importar parte de suas necessidades, poderá, caso os preços internacionais

QUADRO 06 - BRASIL - CEVADA EM GRÃO - PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E CONSUMO - 1980-88 (em t)

ANO	PRODUÇÃO ¹	IMPORTAÇÃO	P + I	CONSUMO	C - (P + I)
1980	98.125	92.875	191.000	169.900	-21.100
1981	74.680	119.027	193.707	192.600	- 1.107
1982	109.877	102.450	212.327	255.300	42.973
1983	98.524	168.741	267.265	275.400	8.135
1984	124.931	146.436	271.367	269.600	- 1.767
1985	77.517	177.825	255.342	271.900	16.558
1986	164.726	130.733	295.459	272.600	-22.859
1987	185.520	99.465	284.985	272.200	-12.785
1988	193.404	78.796 ²	272.200 ²	272.200 ²	0

FONTE - Cacex, CFP e IBGE.

¹ A produção corresponde à do ano anterior;

² estimativa.



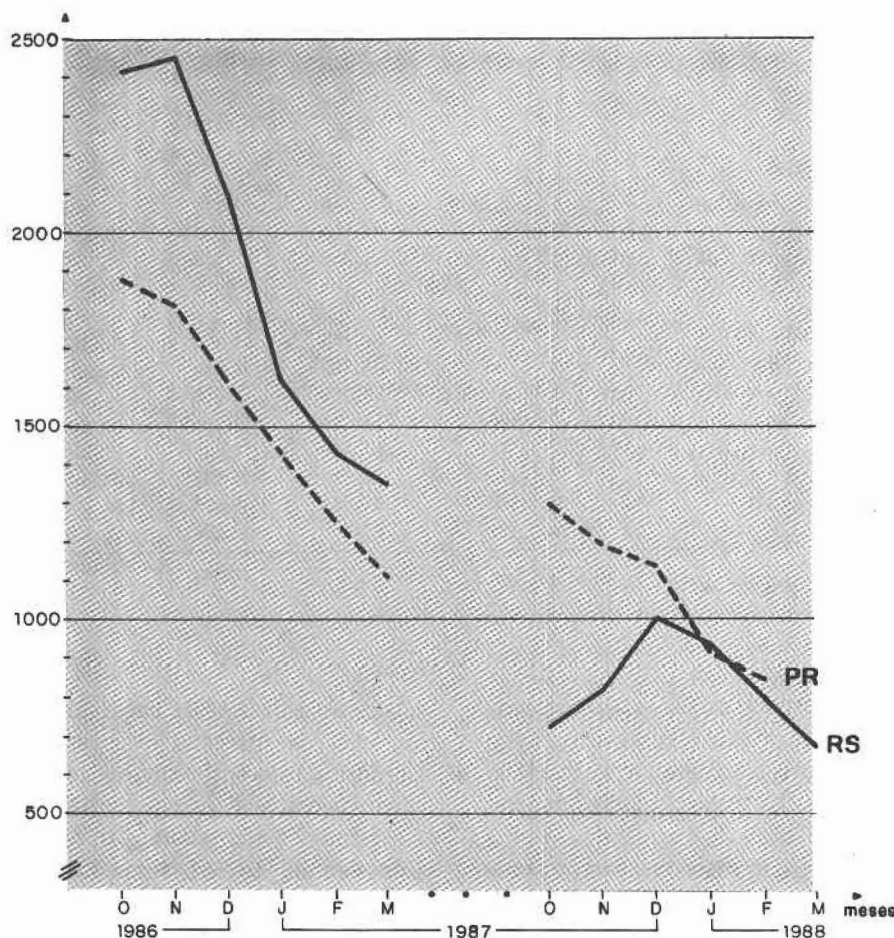
se mantenham elevados, fomentar um pequeno aumento na área plantada no estado.

No ano passado, os preços recebidos pelos produtores, apesar de inferiores aos da safra anterior, em termos reais (ver Gráfico 01) de modo geral remuneraram positivamente os agricultores. Tal redução nos preços deveu-se à política, considerada realista, do governo de remunerar a cultura, aproximando seus preços das cotações internacionais e ainda cobrindo seus custos de produção, sem ter de correr o risco de intervir no mercado, fazendo grandes compras. Convém ressaltar que o elevado preço mínimo de 1986 estimulou o plantio de produtores independentes das maltarias e o governo teria adquirido boa parte da produção se não tivesse entrado em acordo com as indústrias cervejeiras. A queda nos preços reais, entre outubro e fevereiro, ocorre porque a colheita se inicia em outubro. Em dezembro, a maior parte da safra já está comercializada. Nos três últimos anos, as boas condições climáticas e as melhores técnicas utilizadas no cultivo, fruto de intenso trabalho de pesquisa e fomento à cultura promovido pelas maltarias, indústrias cervejeiras e outras entidades de pesquisa nacionais e estrangeiras, proporcionaram aumento no rendimento físico das plantações (ver Quadro 07), elevando sua rentabilidade. A produtividade física, no entanto, não foi homogênea nas diversas áreas plantadas, o que mostra que os cultivares existentes estão mais adaptados a algumas regiões do que a outras. Destaque-se que grande esforço tem sido desenvolvido no sentido de melhorar o rendimento das lavouras naquelas regiões que ainda apresentam resultados insatisfatórios.

Segundo estudo do **Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura do Paraná**, desde 1986, a cultura passou a obter rentabilidade positiva, tendo sido de 31,67% em 1986 e de 20,48% em 1987. Também

CEVADA - PREÇOS RECEBIDOS¹ PELOS PRODUTORES DO PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - 1986-88² - Cz\$/60 kg

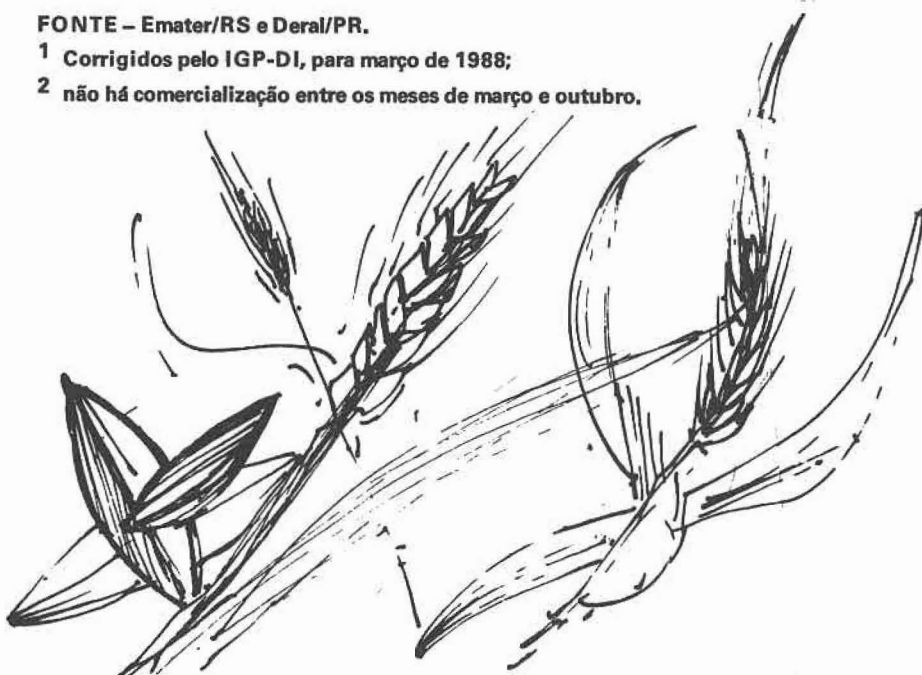
GRÁFICO 01



FONTE - Emater/RS e Deral/PR.

¹ Corrigidos pelo IGP-DI, para março de 1988;

² não há comercialização entre os meses de março e outubro.



**QUADRO 07 – BRASIL – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA CEVADA EM GRÃO EM ESTADOS SELECIONADOS
1980-87**

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
RIO GRANDE DO SUL								
Área colhida (ha)	38.526	53.480	109.088	88.497	42.081	48.324	49.317	43.568
Produção (t)	37.155	63.395	56.630	93.240	47.211	66.104	80.044	74.867
Rendimento (kg/ha)	964	1.185	519	1.053	1.122	1.368	1.623	1.718
SANTA CATARINA								
Área colhida (ha)	3.350	7.369	13.773	11.642	11.512	25.656	26.018	19.229
Produção (t)	2.525	11.090	10.654	13.402	11.843	41.902	45.332	26.421
Rendimento (kg/ha)	753	1.504	774	1.151	1.028	1.633	1.742	1.374
PARANÁ								
Área colhida (ha)	30.172	34.775	44.000	20.792	19.574	36.297	27.600	40.670
Produção (t)	35.000	33.392	31.240	18.212	18.400	56.623	60.000	92.000
Rendimento (kg/ha)	1.160	1.017	710	876	940	1.560	2.174	2.262
BRASIL								
Área colhida (ha)	72.048	95.624	166.882	120.981	73.193	110.321	102.966	103.498
Produção (t)	74.680	109.877	98.524	124.931	77.517	164.726	185.520	193.404
Rendimento (kg/ha)	1.036	1.149	590	1.033	1.059	1.493	1.802	1.869

FONTE – IBGE.

no **Rio Grande do Sul**, a lavoura conseguiu resultado favorável. Convém notar que o preço menor (ver Gráfico 01) recebido pelo produtor gaúcho em relação ao do **Paraná** deveu-se à diferença das respectivas variedades plantadas.

Para a próxima safra, o **Deral-PR** estimou um custo de Cz\$ 1.108,53/60 kg em março de 1988, isto é, Cz\$ 45.449,77/ha, dos quais Cz\$ 24.022,78/ha corresponderiam a gastos efetivos para uma produtividade superior a 2.000 kg/ha. O **VBC** determinado pelo governo para esta faixa de produtividade é de Cz\$ 22.701,02/ha, cobrindo 94% dos seus gastos efetivos.

Verifica-se, portanto, que a cultura vem apresentando bom desempenho nos últimos anos. A safra passada teve uma comercialização tranqüila e boa rentabilidade. Para este ano, espera-se, ainda, a determinação do preço mínimo a ser estabelecido pelo governo. Os produtores rurais estão animados com o plantio que, no entanto, permanece limitado pela pequena capacidade de malteação ins-

talada no país e pelos baixos preços vigentes no mercado internacional. Conforme referência anterior, a área plantada em 1988 deverá permanecer a mesma nos três estados produtores (**Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná**), podendo apresentar pequeno incremento no **Rio Grande do Sul**, caso as cotações mundiais

mantenham sua atual tendência de alta.

Quanto à capacidade de malteação interna, deverá ser ampliada em 1989, ano em que a **Agromalte** aumentará sua capacidade de produção de malte em 27%. O consumo de cevada, no país, segundo se estima, será de 299 mil t.



MAMONA

O **Brasil** é, atualmente, o único fornecedor do óleo no mercado mundial e pode beneficiar-se com a recuperação das cotações. Entretanto, a **Índia** poderá voltar ao mercado e, futuramente, deprimir as cotações.

As cotações externas do óleo de mamona vêm evoluindo de forma acentuada desde 1987, chegando a atingir, em valor **cif**, no mercado de Roterdã, US\$ 1.033/t em dezembro passado e quase US\$ 1.100/t em fevereiro do ano corrente (ver Quadro 08). A partir de então, o mercado ficou relativamente mais estável, tendo ocorrido, notadamente no mês de abril, ligeira baixa de preços, atribuída, em parte, à retração da demanda, diante da expectativa de aumento da oferta do produto. Afinal, a próxima safra brasileira de bagas, cujo período de colheita estende-se, em geral, de abril a outubro (o pico é entre junho e agosto), começará em breve a ser adquirida pelas indústrias, para esmagamento.

Como, de dois anos para cá, o **Brasil** tem sido praticamente o único ofertante de óleo de mamona no mercado externo, acabou surtindo efeito a decisão tomada pela **Cacex**, em fevereiro do ano passado, de suspender os novos registros de exportação, até que as cotações **fob** alcançassem o nível de US\$ 950/t.

Embora já em setembro do ano passado, as cotações externas do óleo, ao atingirem US\$ 966/t (**cif-Roterdã**) tenham superado aquele nível, somente em meados de dezembro, a **CFP**, através de licitação pública, iniciou a comercialização de parte de seus estoques (totalizam 28,6 mil t, constituídos principalmente por produto da safra 1984/85). Depois de dois meses sem negócios, as vendas prosseguiram no final de fevereiro deste ano (já com base em

QUADRO 08 - ÓLEO DE MAMONA - COTAÇÕES INTERNACIONAIS - 1987 E 1988 (US\$/t CIF-ROTTERDÃ)

MÊS	1987	1988
JAN	710	1080
FEV	703	1099
MAR	733	1095
ABR	764	1073
MAI	774	
JUN	855	
JUL	923	
AGO	916	
SET	966	
OUT	985	
NOV	985	
DEZ	1033	

FONTE - "Oil World".

um preço mínimo de exportação para o produto brasileiro, fixado pela **Cacex**, no final de janeiro, em US\$ 975/t-**fob**). Mais recentemente, em abril, a **Companhia** pôs à venda, desta vez em leilão realizado na **Bolsa de Mercadorias de São Paulo**, cerca de 4 mil t de óleo. A mudança na sistemática de vendas teve como objetivo agilizar a comercialização mas, para evitar queda das cotações, seria preferível que, durante o período da safra, as negociações dos estoques governamentais fossem suspensas.

Este ano, outra vez quase sem concorrentes no mercado externo, já que a **Índia**, além de ter tido frustração de safra, em virtude de seca, vem preferindo comercializar seu produto internamente (onde os preços praticados, em torno de US\$ 1.400/t, são bem mais atrativos do que os do mercado externo) e, apenas limitando-se a cumprir o acordo comercial

com a **União Soviética**, o **Brasil** voltará a desempenhar importante papel na formação dos preços internacionais. Por isso, visando a impedir a depreciação do óleo, decorrente de sua oferta excessiva no mercado, é essencial que se adote uma política de **estabilização** de preços, mediante a efetivação gradativa das exportações. O consumo interno de óleo de mamona no **Brasil**, estimado em torno de 10 mil t por ano, ainda é muito reduzido, de modo que este produto é quase todo comercializado no exterior.

No mercado interno, refletindo a recuperação das cotações externas do óleo de mamona, os preços das bagas, no nível do produtor, também aumentaram bastante no segundo semestre do ano passado. Desde janeiro, porém, o mercado está **desaquecido**, com pequena quantidade disponível para venda e muito pouca procura, razão pela qual os preços mostram sinais de arrefecimento, e até mesmo, de queda, em termos reais, nos principais estados produtores, conforme se pode constatar no Quadro 09

Comparados ao preço mínimo, a vigorar na safra que ora se inicia, os preços recebidos pelos produtores vêm-se aproximando, a ponto de, atualmente, ficarem apenas um pouco abaixo dele. Em abril, no estado de **São Paulo**, as bagas estavam cotadas, em média, a Cz\$ 23,59/kg, enquanto o preço mínimo estabelecido para o **Centro-Sul**, que entrou em vigor neste mês, já era de Cz\$ 24,73/kg (corrigidos pela **OTN** de abril).

No entanto, como a atual safra

QUADRO 09 - MAMONA - PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES¹ NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1987 E 1988.
(Cz\$/kg)

MÊS	BAHIA		PARANÁ		SÃO PAULO	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
JAN	24,32	24,03	21,10	23,91	26,51	27,91
FEV	21,63	22,50	18,49	23,47	22,51	28,08
MAR	19,02	22,74	16,99	24,27	17,90	26,77
ABR	17,87	24,07	14,55	23,88	18,22	23,59
MAI	16,88		14,28		14,28	
JUN	20,34		13,52		21,39	
JUL	24,47		17,37		25,14	
AGO	30,72		21,90		33,13	
SET	33,59		28,32		30,05	
OUT	31,93		25,40		32,04	
NOV	29,17		29,37		31,50	
DEZ	26,62		26,16		32,10	

FONTE - FGV/lbre/Cea.

¹ Corrigidos pelo IGP-DI, para abril de 1988.

brasileira deverá ser pouco expressiva e, além disso, as cotações externas do óleo de mamona vêm-se mantendo em patamares elevados, uma vez que os estoques mundiais estão mais escassos, é bem provável que os preços das bagas voltem a subir. De qualquer forma, a reação dos preços dependerá, em grande parte, como no caso das exportações de óleo, da estratégia de vendas a ser adotada. Neste sentido, os recursos provenientes dos EGF (Empréstimos do Governo Federal) terão grande importância pois, ao propiciarem a formação de estoques, permitirão que os produtores, aos poucos, comercializem a safra.

Para se ter uma idéia do andamento da safra atual, observe-se (ver Quadro 10) que, na Bahia, apesar do incremento da área plantada (estimulado pelos altos preços verificados na segunda metade do ano passado),

a produção (estimada em 131 mil t) deverá situar-se bem abaixo das previsões iniciais. O rendimento médio, embora se esteja recuperando, foi bastante prejudicado pela seca que atingiu as lavouras de primeiro ano¹, entre meados de janeiro e início de março. Mesmo assim, a produção será muito superior à obtida na frustrada safra passada², da ordem de 51 mil t.

1 As lavouras de segundo ano também tiveram baixa produtividade mas, neste caso, a causa foi a falta de investimentos em tratamentos culturais, já que os produtores, em virtude dos baixos preços praticados no primeiro semestre do ano passado, estavam muito desestimulados.

2 Em 1987, além da acentuada redução no plantio, o rendimento médio também foi muito prejudicado pela falta de chuvas na Bahia, o que provocou significativamente quebra na produção.

No Centro-Sul, onde se destacam como principais produtores o Paraná e São Paulo, os rendimentos, estimados em 1.500 kg/ha e em 1.192 kg/ha, respectivamente, são geralmente bem mais elevados do que os das lavouras nordestinas. No entanto, especialmente depois da super-safra de 1985, quando os preços das bagas praticados no mercado interno ficaram muito aquém dos preços mínimos oficiais, os produtores têm sido muito desestimulados quanto à expansão do plantio. Na safra de 1988, em contraste com a anterior, deverão ocorrer decréscimos em torno de 21% na produção paranaense e de 12% na paulista.

Aliás, a baixa produtividade da cultura, destacadamente no Nordeste, é um dos principais entraves à expansão da produção de bagas no Brasil. Justamente para modificar este quadro, é que as autoridades ligadas à atividade estão empenhadas em traçar um programa para as sementes de mamona e, ainda, em melhorar os tratamentos culturais, mediante a difusão do emprego de defensivos e fertilizantes, além do maior uso de mecanização e de práticas de irrigação.

O incremento da produção de bagas reduzirá seus preços e, por conseguinte, os custos finais do óleo, permitindo que o Brasil tenha melhores condições para competir no mercado internacional. Contudo, é importante notar que os preços do óleo praticados internamente na Índia têm sido muito estimulantes. Assim sendo, este país, já na safra vindoura (colhida normalmente de dezembro a abril), poderá aumentar substancialmente sua produção e, novamente, participar do mercado externo, ameaçando a atual liderança brasileira.

QUADRO 10 - MAMONA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES 1987-88¹

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	1987	1988	%	1987	1988	%	1987	1988	%
BAHIA	178.089	220.090	23,6	51.028	131.394	157,5	287	597	108,0
PARANÁ	14.300	10.000	-30,1	19.000	15.000	-21,1	1.329	1.500	12,9
SÃO PAULO	17.942	18.200	1,4	24.788	21.700	-12,5	1.382	1.192	-13,8

FONTE - IBGE.

¹ Área plantada, produção e rendimento médio esperados. Estimativa de março.

Plantel de poedeiras se reduz e relação preço/custo melhora. A avicultura reflete com defasagem os choques econômicos e o mercado externo não oferece alternativas ao produtor de ovos.

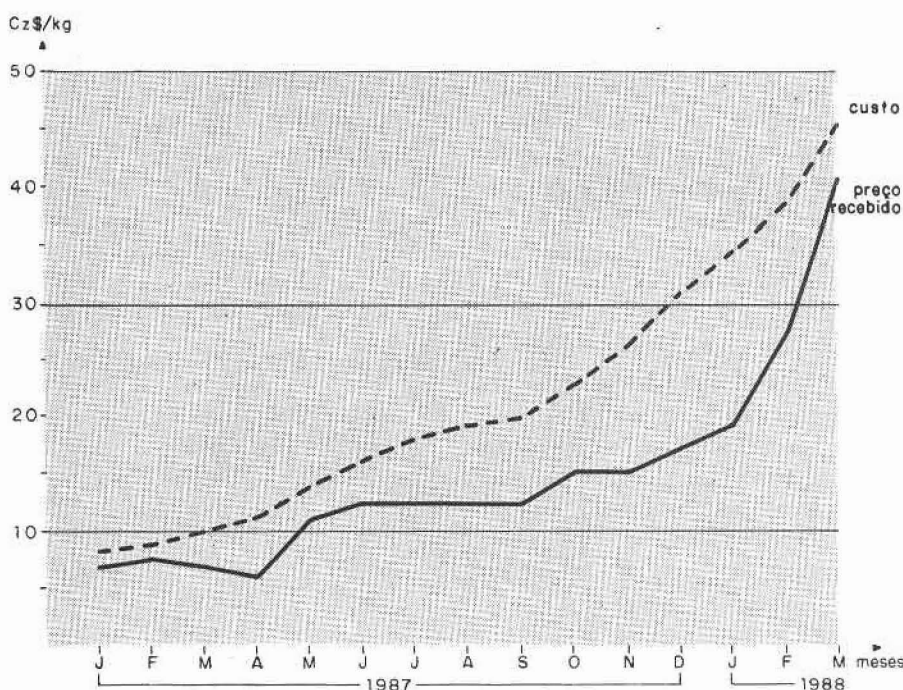
A produção brasileira de ovos foi recorde em 1987, com 15,4 bilhões de unidades, 18% a mais do que no ano anterior, de acordo com dados da **Associação Paulista de Avicultura (Apa)**. Isto se deveu ao maior alojamento de aves ocorrido desde a verdadeira explosão do consumo, em 1986. Como se passam cerca de quinhentos dias entre o alojamento da **avó** importada e a colocação à venda dos ovos comerciais, o impulso consumista que marcou aquele ano veio materializar-se em aumento da oferta do produto final cerca de dezessete meses após, ou seja, em meados de 1987. Àquela época, impunha-se o congelamento de preços ditado pelo denominado **Plano Bresser**, que afetou diretamente o mercado de ovos, por se tratar de produto de elevado peso no cálculo do Índice do Custo de Vida.

No estado de **São Paulo**, o preço médio recebido no primeiro semestre de 1987 pela dúzia de ovos, segundo a **Apa**, foi de Cz\$ 8,46, 24% inferior ao custo médio de produção, defasagem que só não foi maior devido à safra recordista de milho, então colhida (ver Gráfico 02).

Por sua vez, a decisão de refrear a produção via menor reposição de pintos não se deu imediatamente, tendo em vista o recurso à tradicional alternativa de diminuir o desempenho das poedeiras no inverno e ao fato de que o maior preço das carnes, em decorrência da entressafra de carne bovina, **aqueceu** a demanda por ovos.

SÃO PAULO - PREÇO MÉDIO MENSAL RECEBIDO PELOS PRODUTORES DE OVOS E CUSTO DE PRODUÇÃO - JANEIRO DE 1987 A MARÇO DE 1988
(Cz\$/kg)

GRÁFICO 02



FONTE - Apa.

Assim, apenas no decorrer do segundo semestre, quando a deterioração dos salários agravou-se e os preços do milho e da soja tenderam a se elevar, os criadores iniciaram a contração dos plantéis. A dicotomia entre os preços recebidos e o custo de produção aumentou e a relação **preço recebido/custo de produção**, em **São Paulo**, chegou a 0,54 em dezembro, quando se iniciava a safra de carne bovina, o retorno do período

estival causava novo aumento do desempenho de poedeiras e as informações de menor oferta de milho ocasionavam valorização do preço do grão.

No início de 1988, portanto, os preços em **São Paulo** começaram a reagir, superando os índices da inflação e refletindo a retração de 29% ocorrida no alojamento de pintos comerciais entre julho e agosto do ano passado (já que é de aproxima-

damente cinco meses a demora para a transformação do pinto comercial em poedeira). Em março, a relação **preço recebido/custo de produção** passou a 0,90, nível que não se verificava desde 1986, ao mesmo tempo em que o plantel estimado de poedeiras em **São Paulo** era avaliado, pela **Apa**, no mês, em 25,6 milhões de cabeças, o menor total desde abril do ano passado (ver Quadro 11).

É de se prever, portanto, que os criadores continuem a restringir a produção, tendo em vista que o processo de erosão salarial não será estancado a curto prazo. O consumo de ovos incorporados a outros produtos, por exemplo, vem sendo especialmente afetado pela crise econômica, dado que a ingestão de massas alimentícias tem sido dificultada pela retirada do subsídio ao trigo, e as maioneses industrializadas têm mercado consumidor restrito.

Simultaneamente, as dificuldades para o pagamento dos compromissos financeiros já vencidos ou a vencer até 30 de junho, contraídos pelos criadores junto aos bancos, apenas foram amenizados pelo **reescalonamento** concedido pelo governo federal (quatro prestações iguais, a vencerem em 31/08, 30/09, 31/10 e 30/11) permanecendo a dívida em sua essência.

Também pelo lado do mercado externo não se apresentam saídas para o produtor de ovos. Além de se tratar de produto altamente perecível (e, conseqüentemente, de comercialização difícil), o mercado do importador de maior vulto restringe-se ao **Japão**¹, plenamente abastecido pelos **EUA** (maior produtor mundial, com quase 20% da oferta total), através de programas especiais de vendas.

¹ Desconsideram-se as grandes compras da **Itália** e da **Alemanha Ocidental** por se darem dentro da **CEE**, originando-se principalmente da **Holanda**.

QUADRO 11 - BRASIL SÃO PAULO - PLANTEL MENSAL ESTIMADO DE POEDEIRAS DE OVOS COMERCIAIS - 1986, 1987 E 1988¹
(Em mil cabeças)

MÊS	BRASIL			SÃO PAULO		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988
JAN	53.347	57.500	68.548	22.997	23.258	26.300
FEV	53.704	59.006	68.343	23.196	24.696	26.071
MAR	53.742	60.207	66.803	23.122	25.133	25.604
ABR	53.689	61.385	64.842	23.230	25.431	25.099
MAI	53.305	62.346	62.780	23.289	25.662	24.249
JUN	52.403	62.943	60.551	22.960	25.685	23.570
JUL	52.258	64.291		23.099	26.080	
AGO	52.608	65.703		23.007	26.073	
SET	53.458	66.779		23.528	26.259	
OUT	54.082	67.846		23.509	26.315	
NOV	54.798	68.522		23.705	26.440	
DEZ	56.220	68.487		23.946	26.191	

FONTE - Associação Paulista de Avicultura.

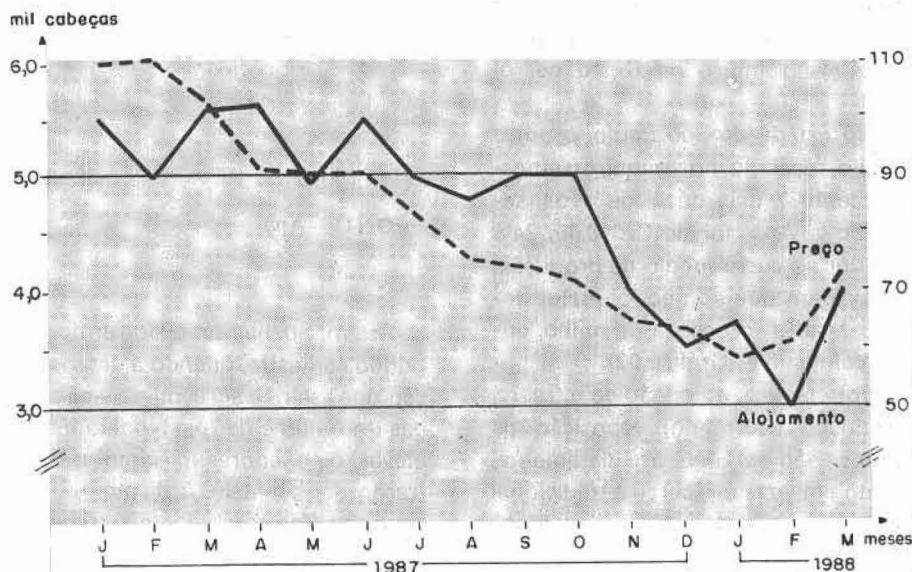
¹ Janeiro a junho.

No entanto, este esperado movimento de redução do alojamento de pintos comerciais de postura poderá ser prejudicado pela grande concorrência entre os criadores que, não raro, atua de forma a interromper a tendência à contração do aloja-

mento. Em março, por exemplo, o alojamento de pintos comerciais de postura aumentou 48% em relação ao mês anterior, devido à majoração de 70% então registrada no preço médio recebido nas regiões **Sul** e **Sudeste** (ver Gráfico 03).

BRASIL - ALOJAMENTO MENSAL DE PINTOS COMERCIAIS DE POSTURA - JANEIRO DE 1987 A MARÇO DE 1988 (em mil cabeças)
SUL E SUDESTE - ÍNDICE¹ DE PREÇO MÉDIO REAL² RECEBIDO PELOS PRODUTORES DE OVOS - JANEIRO DE 1987 A MARÇO DE 1988

GRÁFICO 03



FONTE - Apa e FGV/Ibre/Cea.

¹ Janeiro de 1987 = 100

² corrigido pelo IGP-DI, para janeiro de 1988.

DISPONIBILIDADE INTERNA PARA CONSUMO HUMANO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

A economia brasileira atravessa uma década difícil, com os indicadores sociais de desenvolvimento dando mostras de deterioração. No que se refere à disponibilidade de alimentos, as influências da recessão são sérias, pois mesmo os produtos que, aparentemente, vêm tendo bom desempenho, têm consumo muito baixo, frente aos níveis internacionais. Alimentos básicos, como o feijão, registram comportamento preocupante, enquanto o arroz, das mais importantes lavouras do país, é freqüentemente prejudicado por extemporâneas intervenções oficiais. O texto a seguir informa quanto à situação da disponibilidade interna de seis dos principais produtos da agricultura brasileira.

O Quadro 12 e os Gráficos 04 a 10 mostram a evolução, nos últimos quinze anos, da disponibilidade interna **per capita** de seis importantes gêneros alimentícios de origem vegetal.

A disponibilidade interna **per capita** é o quociente da disponibilidade interna total, dividido pela população estimada. A disponibilidade interna total é o resultado da soma algébrica **Produção + Importação - Exporta-**

ção - Consumo não humano. Este último corresponde à soma do **consumo animal**, das **sementes** e das **perdas** ocorridas entre a colheita e o consumo efetivo, sobretudo aquelas decorrentes de armazenagem e transporte.

As médias móveis trienais utilizadas para compor a série visam a suprimir a ausência da variável **variação de estoques** nos cálculos da disponibilidade. De fato, há dificuldade de se

avaliarem os estoques, que se encontram nos mais diferentes lugares, tais como armazéns, nos próprios estabelecimentos agrícolas e nas indústrias. É verdade, que, nos anos mais recentes, a estrutura da comercialização de produtos vegetais se vem modificando, destacando-se, por exemplo, a interferência mais acentuada de cooperativas, a união dos beneficiadores em associações de classe, além da crescente atuação da

QUADRO 12 - BRASIL - DISPONIBILIDADE INTERNA PARA CONSUMO HUMANO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM VEGETAL - 1973-75 A 1985-87 (Em kg/hab)

MÉDIA TRIENAL	ARROZ, EM CASCA	BATATA-INGLESA	FEIJÃO, EM GRÃO	MILHO, EM GRÃO	SOJA, EM GRÃO ¹		TRIGO, EM GRÃO
					A	B	
1973-75	52,598	9,504	13,617	5,601	31,964	11,399	...
1974-76	57,281	10,620	12,512	2,152	35,514	11,569	52,968
1975-77	59,493	10,870	12,544	1,967	39,257	11,652	55,907
1976-78	55,872	11,394	12,177	4,436	41,483	9,997	62,105
1977-79	53,109	11,681	12,432	7,995	47,659	13,397	63,980
1978-80	56,194	11,615	11,349	12,099	54,370	19,581	70,413
1979-81	57,322	11,263	11,311	13,926	54,960	20,918	70,756
1980-82	57,852	11,088	12,202	13,527	57,628	21,201	70,283
1981-83	52,388	10,552	11,113	10,769	49,234	12,688	63,927
1982-84	52,601	10,810	11,460	9,496	53,522	15,255	63,159
1983-85	51,124	10,220	10,638	10,413	53,874	14,250	60,481
1984-86	59,219	10,119	11,600	12,407	61,846	16,465	57,566
1985-87	61,050	10,183	10,246	14,194	58,192	15,334	56,274

FONTE - FGV/Ibre/Centro de Estudos Agrícolas.

¹ A alternativa A considera a transformação em equivalente grão a partir do óleo e a alternativa B, considera essa transformação a partir do farelo.

CFP como agente comprador e/ou financiador das safras. Disto resulta que, pelo menos para alguns produtos, é possível hoje reunir dados de fontes idôneas que registrem, com aceitável margem de confiabilidade, os chamados **estoques visíveis**. Contudo, é indispensável que o método seja idêntico para toda a série, tendo em vista as comparações dos resultados no tempo.

ARROZ

A disponibilidade interna por habitante variou entre o mínimo de 51 kg, em 1983-85 e o máximo de 61 kg, em 1985-87. Ao longo da série, suas variações refletiram os níveis de produção. É bom lembrar, contudo, que as importações atingiram 2 milhões de t, em 1986, o equivalente a cerca de 20% do arroz colhido neste ano. A maior safra do cereal foi a obtida em 1987 (10,4 milhões de t).

De acordo com o **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**, o arroz representa 11%, em média, no total dos gastos com alimentos consumidos nos domicílios metropolitanos, cujas famílias recebem entre um e cinco salários mínimos. Destacam-se as despesas realizadas pelos brasilienses (16%). Na extremidade inferior, registra-se o percentual de 3%, em Salvador, onde é mais expressivo o consumo de farinha de mandioca (5,5%). Nas regiões metropolitanas do **Rio de Janeiro** e **São Paulo**, o peso do cereal é de 12% e 13%, respectivamente.

O arroz, pela sua importância na cesta básica dos consumidores urbanos e, conseqüentemente, nos índices que medem a inflação, tem sido objeto de inúmeras intervenções governamentais ao longo do período considerado. Estas tomaram a forma de tabelamentos e de importações em anos de escassez. A comparação entre as flutuações da disponibilidade

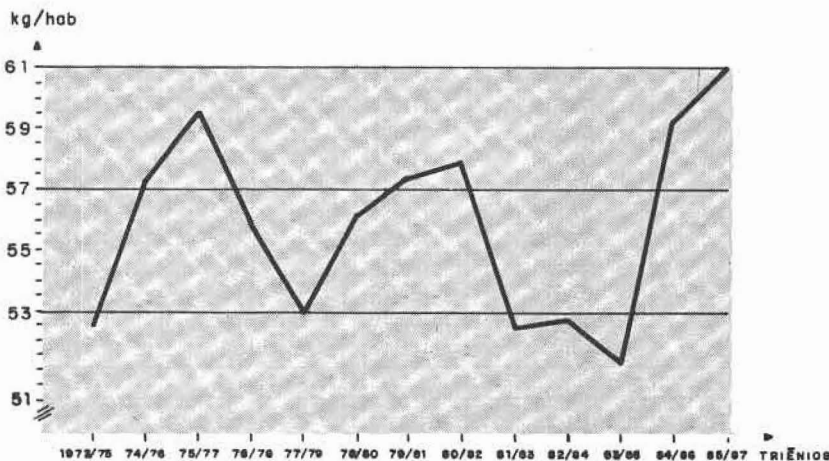


de e da produção indicam que essas interferências não foram eficientes, já que persistiram as oscilações da oferta, exceto no intervalo entre 1977-79 e 1980-82, quando, então, apesar da queda na produção **per capita** do cereal, a disponibilidade cresceu.

No que se refere à produção, suas variações foram bastante influenciadas por fatores climáticos. Os preços pagos ao produtor, apesar de amparados pela **Política de Garantia de Preços Mínimos**, registraram acentuada redução, em termos reais, ao longo de quase toda a série.

ARROZ EM CASCA – DISPONIBILIDADE INTERNA PARA CONSUMO HUMANO – 1973-75 A 1985-87 (médias trienais) – em kg/hab

GRÁFICO 04



FONTE – FGV/ibre/Cea.

BATATA-INGLESA

Revelou disponibilidade interna com pequenos acréscimos até 1977-79 e reduções posteriores. Os resultados foram igualmente influenciados pela produção, pois as importações representaram menos de 1%, em média. A maior colheita de batata-inglesa ocorreu em 1987 (2,3 milhões de t) e a menor, em 1983 (1,3 milhão de t).

A produção de batata-inglesa concentra-se nas regiões **Sudeste** e **Sul**. O mesmo se dá com o consumo. Já no **Norte e Nordeste**, em virtude dos hábitos alimentares da população e dos preços elevados do tubérculo, seu consumo é reduzido. De acordo com o **Endef**, o consumo por comensal/ano é de 25,4 kg no **Sul** e de apenas 1,3 kg no **Nordeste**.

FEIJÃO

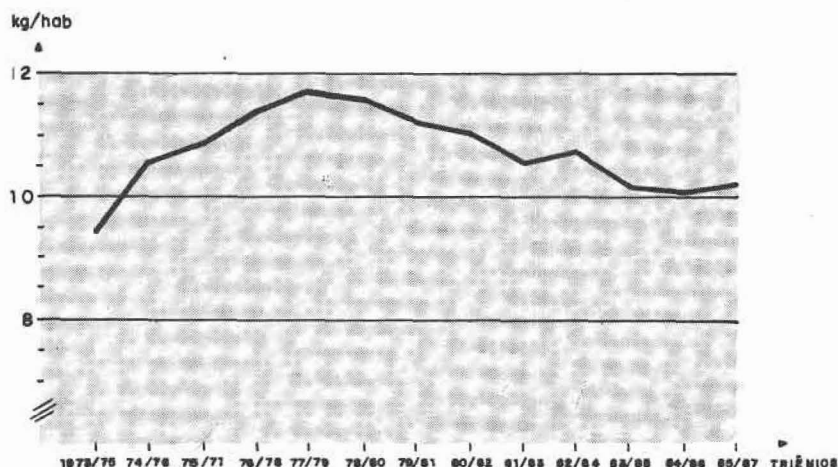
Nota-se decréscimo da disponibilidade **per capita**, ao longo da série. Fato marcante foi a quebra de 46% da produção, em 1983, sem que se verificassem importações de vulto. No ano seguinte, a colheita se recuperou mas, novamente, mostrou declínios entre 1985 e 1987, quando a média da disponibilidade interna chegou a 10 kg/hab, isto é, 25% aquém da estimada para o triênio 1973-75.

Nos anos sessenta, o consumo médio **per capita** dos diversos tipos de feijão, no **Brasil**, girava em torno de 20 kg/ano. Como se vê, a redução foi violentíssima, refletindo, dentre outros fatores, o processo de urbanização, modificações de hábitos dos consumidores, mudanças nos preços relativos e restrições de oferta.

Outro fato que chama a atenção é a queda da relação de disponibilidade

BATATA-INGLESA – DISPONIBILIDADE INTERNA PARA CONSUMO HUMANO – 1973-75 A 1985-87 (médias trienais) – em kg/hab

GRÁFICO 05



FONTE – FGV/lbre/Cea.

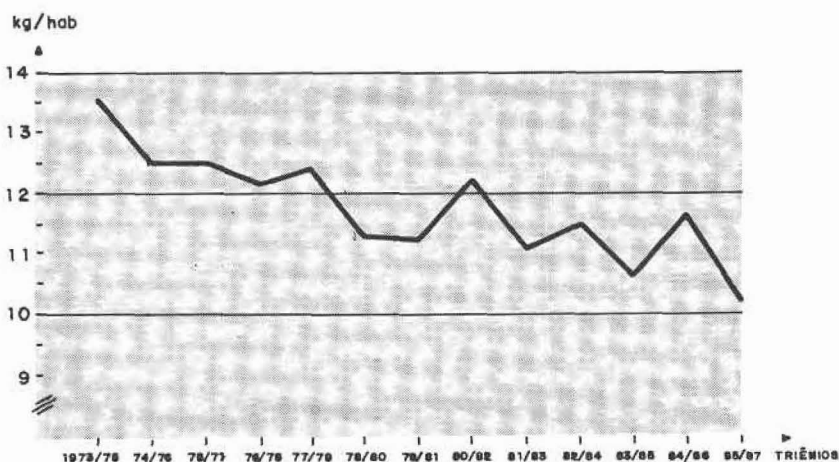
de **feijão/arroz**, de 0,25 em 1973-75 para 0,17 no triênio mais recente. Se, por um lado, isto pode refletir mudanças de hábitos alimentares e até a substituição de proteínas vegetais por proteínas animais, nas classes de renda mais elevada, por outro lado, indica uma deterioração dos padrões de consumo das faixas populacionais de renda mais baixa. Neste

caso, o feijão foi substituído pelas massas, à base de trigo, ou, então, o que é pior ainda, seu consumo foi simplesmente reduzido.

De qualquer forma, o fato não deixa de causar grande apreensão, pois são mais do que conhecidas as deficiências de proteína na alimentação dos brasileiros que, obviamente, agravam-se nas camadas mais po-

FEIJÃO EM GRÃO – DISPONIBILIDADE INTERNA PARA CONSUMO HUMANO – 1973-75 A 1985-87 (médias trienais) – em kg/hab

GRÁFICO 06



FONTE – FGV/lbre/Cea.

bres da população. A leguminosa, como se sabe, é um dos vegetais mais ricos em proteínas. A propósito, segundo o **Endef**, em 1975, a participação do feijão no consumo total de proteínas era de 31% no **Nordeste**, 18,5% em **São Paulo**, e 18% no **Rio de Janeiro**.

No que se refere à evolução da produção e dos preços recebidos pelos produtores, no caso do feijão, observam-se duas fases distintas. Até o triênio 1979-81, havia correlação entre estas duas variáveis, de acordo com as previsões da teoria, isto é, os preços recebidos, descontada a inflação, aumentaram em anos de safra pequena e vice-versa. Daí em diante, verificou-se acentuada redução dos preços recebidos pelos produtores, mesmo em períodos de escassez. Esta ausência de correlação se deveu às interferências do governo no mercado (importações, tabelamentos) e às perdas sucessivas do poder de compra dos salários de base.



rivados tiveram como destino a **alimentação humana**.

Entre os anos extremos da série, o consumo aparente registrou expansão significativa. O consumo interno comercial de carne avícola cresceu 353%, entre 1973 e 1987, e o de carne suína, 174%. A exportação de carne avícola também registrou, no perío-

do, importante crescimento.

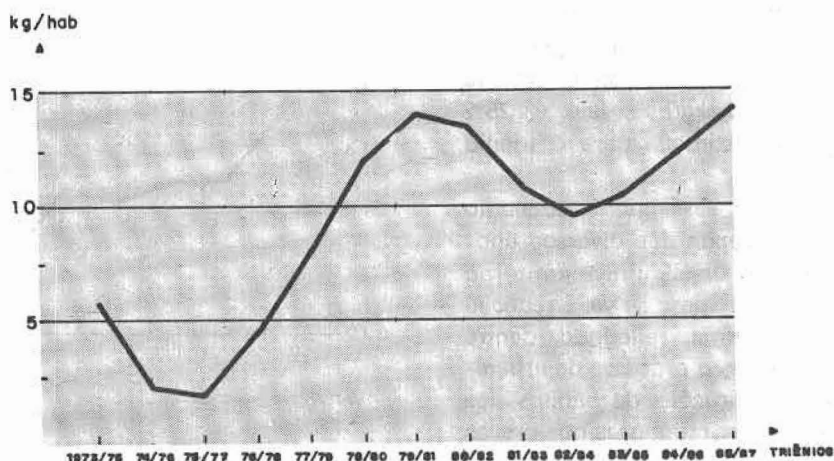
A disponibilidade de milho mostrou queda entre 1973-75 e 1975-77, em função das elevadas exportações que ocorreram na época. Depois, seguiram-se alguns anos em que a produção foi fortemente afetada por problemas climáticos (estiagem no **Nordeste** e enchentes no **Sul**).

MILHO

Embora o milho tenha diversas aplicações para o **consumo humano** (fécula, amido, farinha, óleo, por exemplo), boa parte de sua utilização (cerca de 65%) é destinada à **alimentação animal**. Considerando-se que, no período aqui examinado, a avicultura registrou expansão considerável, adotou-se a hipótese de que as importações de milho em grão destinaram-se, em sua totalidade, ao **consumo animal**, enquanto as importações de farinha, sêmola e outros de-

MILHO EM GRÃO – DISPONIBILIDADE INTERNA PARA CONSUMO HUMANO – 1973-75 A 1985-87 (médias trienais) – em kg/hab

GRÁFICO 07



FONTE – FGV/Ibre/Cea.

SOJA

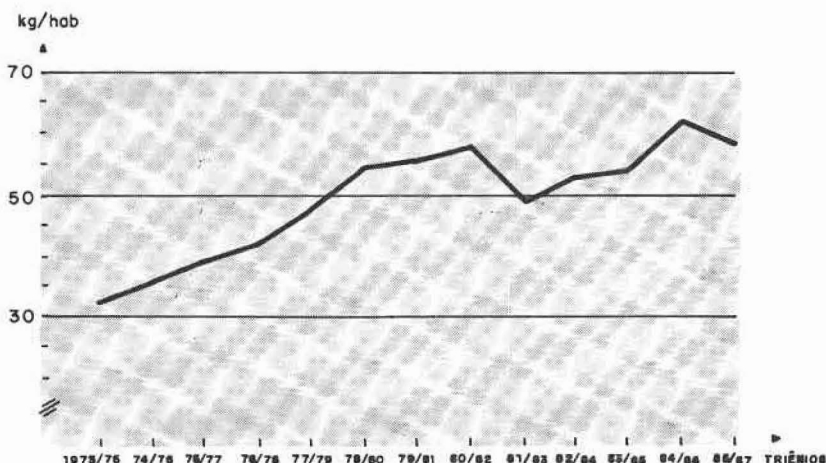
Para a soja, existem duas hipóteses quanto à disponibilidade interna: uma com base na transformação do **óleo** em equivalente **grão** e a outra, com base na transformação do **farelo**.

Na verdade, nenhuma das alternativas é completamente satisfatória, mas resultam da impossibilidade de se tratar a soja de acordo com o método geral adotado neste trabalho. Dois fatores concorrem para isso: de um lado, **farelo** e **óleo** são **produtos conjuntos**, ou seja, da extração do **óleo** sempre resulta **farelo**; de outro, o **farelo** é, sob certos aspectos, o principal determinante do cultivo da soja. Todavia, embora seja certo que o aumento de produção da **soja** implica o aumento da disponibilidade de alimentos, isto só pode ser aceito sob ressalvas.

No **Brasil**, como na maior parte dos países ocidentais, o consumo de **soja em grão** é extremamente reduzido. Seu principal destino é a obtenção do **óleo**, cujo teor (18%), aliás, é muito pequeno, em comparação com outras oleaginosas, a exemplo do amendoim (28%), colza e girassol (40%). Assim, embora a lavoura da soja esteja plenamente adaptada às condições ecológicas brasileiras e revele custos de produção relativamente baixos, constituir-se-ia em opção antieconômica, frente a outras culturas, não fora o valor do seu **farelo**. Aproximadamente 78% do grão esmagado se transformam em **farelo**, o qual ocupa lugar de destaque entre as matérias-primas usadas na composição das **rações animais**. Seu conteúdo proteínico (45%) supera o das outras oleaginosas citadas, com exceção do amendoim (48%). O **farelo de girassol** contém apenas 37% e o de **colza** 34% de proteína. Por esta razão, o **farelo de soja** atinge elevadas cotações no mercado mundial,

SOJA EM GRÃO* – DISPONIBILIDADE INTERNA PARA CONSUMO HUMANO – 1973-75 A 1985-87 (médias trienais) – em kg/hab

GRÁFICO 08



FONTE – FGV/lbre/Cea.

* Alternativa "A".

onde a ração é um dos itens essenciais à criação de gado em confinamento, nos países industrializados.

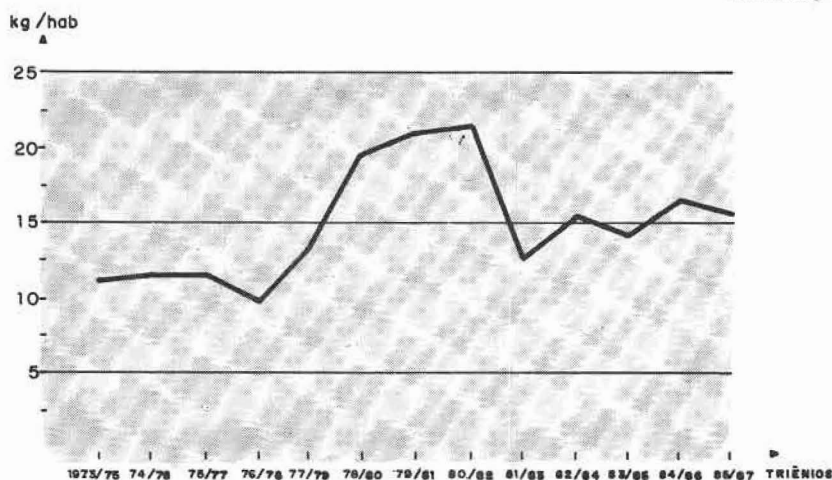
Como é sabido, a notável expansão da lavoura de **soja** no **Brasil** teve como motivação principal as oportunidades surgidas no mercado mundial. Entretanto, diferentemente do que fazem os outros grandes exportadores (**EUA** e **Argentina**), o **Brasil**

optou por exportar os produtos processados (**farelo** e **óleo**), em lugar do **grão**. Várias razões explicam esta escolha: em primeiro lugar, o maior valor adicionado que tais exportações propiciam e, em segundo lugar, o **farelo** e o **óleo** são negociados em mercados sujeitos a condições totalmente diferentes.

O **óleo de soja** concorre, no mer-

SOJA EM GRÃO* – DISPONIBILIDADE INTERNA PARA CONSUMO HUMANO – 1973-75 A 1985-87 (médias trienais) – em kg/hab

GRÁFICO 09



FONTE – FGV/lbre/Cea.

* Alternativa "B".

cado mundial, com óleos diversos, de origem tanto vegetal (colza, girassol, amendoim, dendê, oliva) quanto animal (banha, manteiga). Naquele mercado, há inúmeros substitutos e uma demanda agregada bastante inelástica.

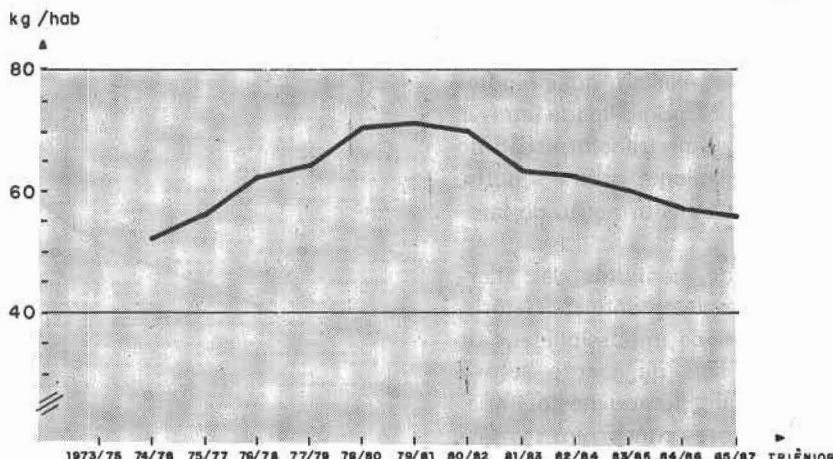
Já o farelo de soja circula no mercado de matérias-primas proteínicas para a formulação de rações animais. É um mercado onde o número de substitutos (do ponto de vista do conteúdo em proteínas) é menor e a demanda maior, embora flutue bastante em função das taxas de crescimento das economias industrializadas. Há, ainda, outro fator que condiciona a aceitação, pelo mercado mundial, do farelo de soja brasileiro: sua qualidade, já que, de modo geral, possui maior teor proteínico do que aquele extraído de produtos do Hemisfério Norte. Pode-se até dizer que, em termos de mercado mundial de produtos agrícolas, o farelo de soja supera amplamente, em importância, o óleo de soja.

Nos últimos anos, as exportações brasileiras de farelo de soja situaram-se entre 69% e 92% do total do produto fabricado no país, as de óleo de soja entre 33% e 56% e as de soja em grão, entre 4% e 10%. Por aí se percebe, facilmente, o porque da grande diferença das quantidades da disponibilidade interna de soja que aparece quando o cálculo é feito a partir do equivalente óleo ou do equivalente farelo.



TRIGO EM GRÃO – DISPONIBILIDADE INTERNA PARA CONSUMO HUMANO – 1973-75 A 1985-87 (médias trienais) – em kg/hab

GRÁFICO 10



FONTE – FGV/lbre/Cea.

Talvez seja conveniente, ainda, acrescentar que o conteúdo proteínico do óleo de soja é praticamente nulo e que o farelo que fica no mercado interno, embora tenha elevado conteúdo de proteínas, destina-se, em sua totalidade, ao consumo animal.

TRIGO

Como a maior parte da colheita se realiza nos meses finais de cada ano, a produção do ano t_0 é considerada disponível para consumo em t_1 . Deste modo, a safra recorde de 1987 (5,9 milhões de t) somente entrará nos cálculos da disponibilidade referente a 1988.

A disponibilidade interna de trigo alcançou níveis máximos entre 1978 e 1982 (70 kg/hab), o que se deveu, em especial, às importações. Estas últimas, no triênio 1985-87, reduziram-se substancialmente, de maneira que, apesar do expressivo crescimento da produção, a disponibilidade caiu para cerca de 56 kg/hab, em média.

Os preços pagos ao produtor de

trigo são administrados, mas sua ascensão, em termos reais, desde 1981, deve ter contribuído para a recuperação da oferta do produto nacional.

Durante a década de setenta, os preços subsidiados do trigo estimularam o seu consumo, que cresceu substituindo alimentos tradicionais como a farinha de mandioca, batata-doce, inhame, cará e outros. Aliás, esta tendência já se vinha manifestando desde os anos cinquenta, quando as importações do cereal foram facilitadas pelas vendas regidas pela Public Law 480 dos EUA.

O subsídio ao consumo de trigo também levou a distorções graves, pois ensinou que o grão fosse desviado para fábricas de ração e de cola. Estes desvios não são captados pelas estatísticas disponíveis, que devem, portanto, superestimar a disponibilidade de trigo para consumo humano na segunda metade da década de 70.

Boris Gheventer e Mario Sachs Rabello – economistas do Centro de Estudos Agrícolas/lbre/FGV.

SAFRA ARGENTINA

SOJA E GIRASSOL

ARGENTINA

PRODUÇÃO (em mil t)

ANO	SOJA	GIRASSOL
1983	4.200	2.400
1984	7.000	2.200
1985	6.750	3.430
1986	7.300	4.340
1987	7.300	2.250
1988	9.000	2.800

EXPORTAÇÕES DO GRÃO*

Soja: 2,2 milhões de t (1,3 milhão, em 1987)

Girassol: 200 mil t

ESMAGAMENTO (em mil t)

		JAN	FEV	MAR	ABR
Soja	1988	224	110	43	260
	1987	201	142	85	220
Girassol	1988	196	293	456	nd
	1987	221	265	325	311

PRODUÇÃO DE ÓLEO

Soja	jan/mar-88	69 mil t
	jan/mar-87	73 mil t
Girassol	jan/mar-88	383 mil t
	jan/mar-87	328 mil t

PRODUÇÃO DE FARELO

Soja	jan/mar-88	300 mil t
	jan/mar-87	344 mil t
Girassol	jan/mar-88	407 mil t
	jan/mar-87	359 mil t

FONTE - USDA e "Oil World".

* No ano comercial, que vai de fevereiro a março.

A produção argentina de soja cresceu sobremaneira nos últimos anos, alcançando novo recorde na atual safra, cuja colheita se encerra em junho. Segundo o **USDA**, a soja vem deslocando o milho, mesmo nas principais zonas de produção do cereal. Os bons preços dos derivados e do grão da soja respondem pelo incremento na produção, mas o fato de suas sementes estarem disponíveis nas propriedades, enquanto a maior parte do milho é híbrida, acarretando dispendiosas compras de sementes a cada safra, também contribui para a opção pela leguminosa. Os agricultores argentinos esperam que a melhor rentabilidade entre as lavouras escolhidas este ano provenha da soja, seguida pelo girassol (colheita encerrada em abril) e pelo trigo. O sorgo e o milho têm as mais baixas cotações, nesta safra.

O aumento da capacidade de esmagamento, no país, resultará em maior demanda das indústrias pela soja; mesmo assim, haverá exportação do grão, pois os esmagadores estão trabalhando com o girassol (de que a **Argentina** é o segundo produtor mundial) durante a colheita da soja, esmagando-a a seguir. Cabe registrar que os impostos cobrados sobre a exportação favorecem a venda dos derivados, em detrimento do grão. Contudo, embora as perspectivas do mercado internacional sejam favoráveis, a concorrência da produção norte-americana de óleo, beneficiada pelo **Export Enhancement Program**, é um problema a considerar.

A publicação inglesa "**The Public Ledger's Commodity Week**" cita fontes da indústria e do comércio argentinos que calculam a capacidade total de esmagamento do país entre 10,5 e 11 milhões de t, em 270 dias de funcionamento. De acordo com o **USDA**, o esmagamento de oleaginosas alcançará novo recorde em 1988/89, com 9,8 milhões de t, 19% acima do ano passado. O farelo de soja atende 55% do consumo interno de farelos proteínicos (embora isto represente apenas 300 mil t) e o óleo de soja responde por 18% dos óleos vegetais consumidos na **Argentina**, ficando o girassol com 70%.

No ano passado, as exportações de soja em grão foram de somente 1,3 milhão de t, porque a quebra da produção de girassol (de que foram esmagadas 2,26 milhões de t, em 1987, e 3,5 milhões de t, em 1988) deixou maior disponibilidade para o emprego da soja, nas indústrias de esmagamento. Este ano, também a passagem do controle dos portos para a iniciativa privada vem sendo considerada fator de favorecimento a maiores exportações de produtos agrícolas, em geral, o que acirrá a competição com os **EUA** no mercado internacional. É sabido, outrossim, que a capacidade de armazenagem abrange 92% da safra argentina, o que estimula a rapidez na colheita e no deslocamento da safra.

SALÁRIOS NO MEIO RURAL

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - PEA

Agricultura = 15 milhões
Participação na PEA total = 28%

DISTRIBUIÇÃO DA PEA AGRÍCOLA, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL

SALÁRIO MÍNIMO	NÚMERO DE PESSOAS (%)
Até 1	39
Mais de 1 a 2	19
Mais de 2 a 5	9
Mais de 5 a 10	3
Mais de 10	1
Sem rendimento monetário	29

EMPREGADOS NO TRABALHO AGRÍCOLA
SEM CARTEIRA ASSINADA PELO
EMPREGADOR =

86%

FONTE - IBGE, Anuário Estatístico do Brasil.

O Quadro 13 especifica os preços médios do trabalho rural, vigentes no final de cada semestre de 1987, segundo as unidades da **Federação**, grandes regiões e **Brasil**. Os dados referem-se aos salários realmente pagos em dinheiro, o que exclui, portanto, os casos de remuneração mista (dinheiro mais produtos) ou somente produtos.

O ano de 1987 foi particularmente adverso para os trabalhadores em geral, tendo em vista a situação recessiva da economia brasileira e a acentuada expansão dos preços dos produtos alimentares no mercado varejista. Na agricultura, além do mais, os preços recebidos pelos agricultores acusaram excepcional queda real e deterioraram-se as relações de troca, fatos que, associados ao crescente desemprego urbano, repercutiram intensamente, de modo negativo, sobre os níveis salariais.

Os salários médios rurais cresceram aquém dos preços recebidos e mais se depreciaram em relação ao salário mínimo urbano. Este último, como se sabe, não acompanhou os índices de inflação.

Comparando-se os valores de dezembro de 1987 aos de igual mês do ano anterior, os salários nominais dos administradores, na média brasileira, aumentaram 186%, os dos capatazes, 198% e os dos tratoristas, 207%. O trabalhador mensalista recebeu mais 226% e, o diarista, apenas mais 179%. Em igual período, o salário mínimo urbano ou o **Piso Nacional de Salário** (a partir de setembro de 1987) foi reajustado em 348%, o IPC elevou-se 366% e o IGP-DI, 416%. Quanto aos preços recebidos pelos agricultores, ascenderam 265%.

O menor ritmo de incremento das diárias parece encontrar sua origem na retração da economia e no consequente desemprego urbano-industrial, que costuma prejudicar mais os trabalhadores eventuais, também conhecidos como "bóias-frias".

Na média nacional, em dezembro de 1987, a mais alta remuneração rural pertencia ao administrador (Cz\$ 8.303) e a mais baixa ao empregado mensalista (Cz\$ 3.749). Em janeiro de 1988, o **Piso Nacional de Salário** elevou-se para Cz\$ 4.500 (era igual a Cz\$ 3.600, em dezembro de 1987). Os salários agrícolas, com exceção dos pagamentos aos tratoristas, foram bem inferiores no **Nordeste**.

Cabe ainda registrar o reduzido valor da diária (a seco), que, na média do país, atingiu somente Cz\$ 160, com os valores extremos de Cz\$ 97 no **Ceará** e Cz\$ 271, em **Mato Grosso**, fato que preocupa, sobretudo, porque se vem acentuando, cada vez mais, a participação da mão-de-obra temporária no **Setor Agrícola**.

QUADRO 13 - BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - REMUNERAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL - 1987 - (em Cz\$/mês)

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1º SEMESTRE					2º SEMESTRE				
	Administrador	Capataz	Tratorista	Mensalista	Diarista*	Administrador	Capataz	Tratorista	Mensalista	Diarista*
Região Norte	5.938,59	3.658,07	3.896,93	2.285,00	99,87	8.786,73	6.223,29	5.991,61	3.748,19	162,68
Rondônia	7.512,50	5.055,56	6.111,11	3.236,36	183,33	13.000,00	8.500,00	9.454,55	4.615,38	235,00
Acre	6.661,49	3.335,13	3.660,09	2.085,58	110,44	9.327,28	5.011,66	5.999,90	3.730,35	178,48
Amazonas	5.930,91	3.407,00	5.999,91	2.173,09	91,14	8.786,34	7.330,55	8.000,13	3.315,70	164,21
Roraima	5.875,00	4.833,33	4.640,00	3.100,00	175,00	10.750,67	6.500,00	6.166,67	4.318,18	250,00
Pará	5.625,56	3.814,30	3.406,44	2.295,89	96,45	8.255,67	6.038,74	5.158,91	3.763,85	157,94
Amapá	4.082,36	3.200,00	3.200,00	1.366,67	131,14
Região Nordeste	3.275,37	2.275,47	2.750,56	1.834,96	69,91	5.860,64	3.961,35	5.353,76	3.401,69	123,35
Maranhão	3.690,14	2.608,59	2.776,12	1.763,65	70,89	6.349,17	4.178,47	4.534,19	3.235,64	127,40
Piauí	2.975,72	1.874,22	2.876,94	1.552,31	61,95	5.328,73	3.344,50	4.511,79	2.803,50	98,65
Ceará	2.761,92	1.967,91	2.299,24	1.334,99	53,42	5.602,04	3.386,53	4.566,78	2.789,39	96,90
Rio Grande do Norte	2.671,86	2.227,00	2.410,26	1.594,58	62,81	5.053,91	3.887,94	4.662,11	2.861,02	124,04
Paraíba	2.519,81	1.695,40	2.133,85	1.483,13	68,96	4.117,20	2.725,07	4.226,88	2.553,65	113,10
Pernambuco	3.695,70	2.520,85	3.145,45	2.044,82	76,12	6.612,30	4.496,47	5.903,94	4.057,83	132,00
Alagoas	3.108,42	2.053,54	2.306,74	1.847,07	82,36	6.411,50	4.393,13	5.213,11	3.627,07	137,63
Sergipe	3.622,13	2.413,40	2.805,67	1.911,42	103,43	5.331,69	4.009,20	6.204,37	2.749,03	128,53
Bahia	3.531,02	2.451,09	3.276,00	1.908,73	74,05	6.135,92	4.308,12	5.901,08	3.313,80	136,71
Região Sudeste	4.925,07	3.274,00	2.894,85	2.114,36	109,89	8.757,31	5.860,33	5.632,57	3.879,89	175,39
Minas Gerais	5.641,72	3.898,14	4.209,47	2.454,91	109,59	8.502,26	5.777,04	6.164,66	3.731,09	158,75
Espírito Santo	5.241,85	3.351,19	3.616,97	2.143,44	107,11	9.026,43	6.390,69	5.677,64	3.581,77	154,22
Rio de Janeiro	5.212,50	3.329,92	3.073,16	2.040,73	97,12	9.177,50	6.574,70	6.057,21	3.696,95	158,42
São Paulo	4.198,00	2.726,00	2.618,00	1.902,00	113,00	8.834,00	5.681,00	5.500,00	4.033,00	209,00
Região Sul	5.741,08	3.713,90	2.714,58	2.014,06	117,08	10.874,33	6.660,93	5.225,22	3.735,72	207,06
Paraná	5.453,14	3.427,91	2.793,13	1.964,56	110,07	9.941,98	6.113,81	5.088,56	3.680,57	192,76
Santa Catarina	5.274,61	3.591,13	3.675,56	2.292,57	145,05	9.543,66	6.537,10	6.135,90	3.949,22	242,05
Rio Grande do Sul	6.238,39	4.090,55	2.606,10	2.033,96	116,45	12.422,73	7.343,22	5.185,21	3.783,88	218,96
Região Centro-Oeste	6.892,38	3.996,45	3.743,90	2.392,24	145,02	12.246,25	7.205,66	6.305,46	4.180,92	214,05
Mato Grosso do Sul	8.169,17	4.893,47	3.670,31	2.306,62	163,79	13.729,67	8.035,41	5.588,26	4.016,59	255,06
Mato Grosso	9.480,38	5.678,32	4.529,65	3.059,52	155,20	15.676,13	9.766,16	7.537,22	5.124,73	270,91
Goiás	5.819,88	3.272,42	3.725,12	2.326,21	138,57	10.908,80	6.318,89	6.516,54	4.114,57	195,28
BRASIL	4.631,40	3.036,53	2.923,90	2.045,82	95,88	8.303,23	5.384,24	5.551,65	3.748,84	159,73

ONTE - FGV/lbre/Cea.
Cz\$/dia.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

CAFÉ

A **Resolução nº 16**, de 30/03/88, do **IBC**, fixa em 10% do preço mínimo de registro (informado diariamente pelo órgão) o valor da quota de contribuição incidente nas exportações de café solúvel, para registros de Declarações de Venda acolhidos a partir de 04/04/88.

O valor da quota será pago pelo exportador em duas parcelas iguais: uma até três dias úteis contados a partir do registro e a outra até três dias úteis após o embarque do produto. A quota de contribuição poderá ser compensada parcialmente pela aplicação de Avisos de Garantia, no limite de até 50% da quota de contribuição (D.O.U., de 05/04/88).

A **Resolução nº 22**, de 15/04/88, do **IBC**, prorroga para aplicação no mês de maio o **Programa de Retenção Temporária de Estoques**, a que se refere a **Resolução nº 73/88** (ver **Agroanalysis**, nº 11, vol. 11, novembro de 1987).

A **Resolução nº 23**, de 15/04/88, do **IBC**, estende ao mês de maio o sistema de compensação por eventuais quedas de preço a que se refere a **Resolução nº 79/87** (ver **Agroanalysis**, nº 11, vol. 11, novembro de 1987) (D.O.U., de 21/04/88).

A **Portaria Interministerial nº 04**, de 21/04/88, do **Ministro da Indústria e do Comércio**, determina ao presidente do **IBC** que atribua os quantitativos de café verde destinado à exportação para países-membros da **OIC**, a serem rateados entre empresas e cooperativas, exclusivamente através de leilões públicos. A medida deverá ser implantada gradativamente até 30/09/88, data em que o atual sistema de quotas baseado principalmente em critérios de desempenho e estoques será integralmente substituído pelo de licitação em leilões públicos (D.O.U., de 25/04/88).



LEITE

A **Portaria nº 23**, de 10/03/88, da **Sunab**, reajusta os preços do leite (ver Quadro 14) (D.O.U. de 14/03/88).

MÃO-DE-OBRA

A **Portaria nº 3.067**, de 12/04/88, do **Ministro do Trabalho** aprova as **Normas Regulamentadoras Rurais - NRR**, relativas à Segurança e Higiene do Trabalho Rural. Pelas novas normas, ficam criados o **Serviço Especializado em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural - SEPATR** - e a **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural - CIPATR**.

A **SEPATR** deverá ser criada e funcionar em todas as propriedades rurais com 100 ou mais trabalhadores. Naquelas com mais de 29 e menos de 100 trabalhadores, estes serão assistidos por **SEPATR** comuns a várias empresas.

Nos estabelecimentos rurais que mantenham, em média, 20 ou mais trabalhadores deverá ser organizada uma **CIPATR** (D.O.U., de 13/04/88).

QUADRO 14 - BRASIL - PREÇOS DO LEITE A PARTIR DE 16/03/88
(Cz\$/litro)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PREÇO AO PRODUTOR (MÍNIMO)	PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR
	Leite quota ¹	Leite esterilizado ²
PE	26,70	39,00
AL	26,70	39,00
SE	26,70	39,00
BA	26,70	39,00
MG ³	22,13	37,00
ES ³	22,13	37,00
RJ ³	22,13	37,00
SP ³	22,13	34,00
PR ³	22,13	34,00
SC ³	22,13	34,00
RS ³	22,13	34,00
MS	22,13	37,00
MT ³	22,13	37,00
GO ³	28,13	37,00
DF ³	28,13	37,00

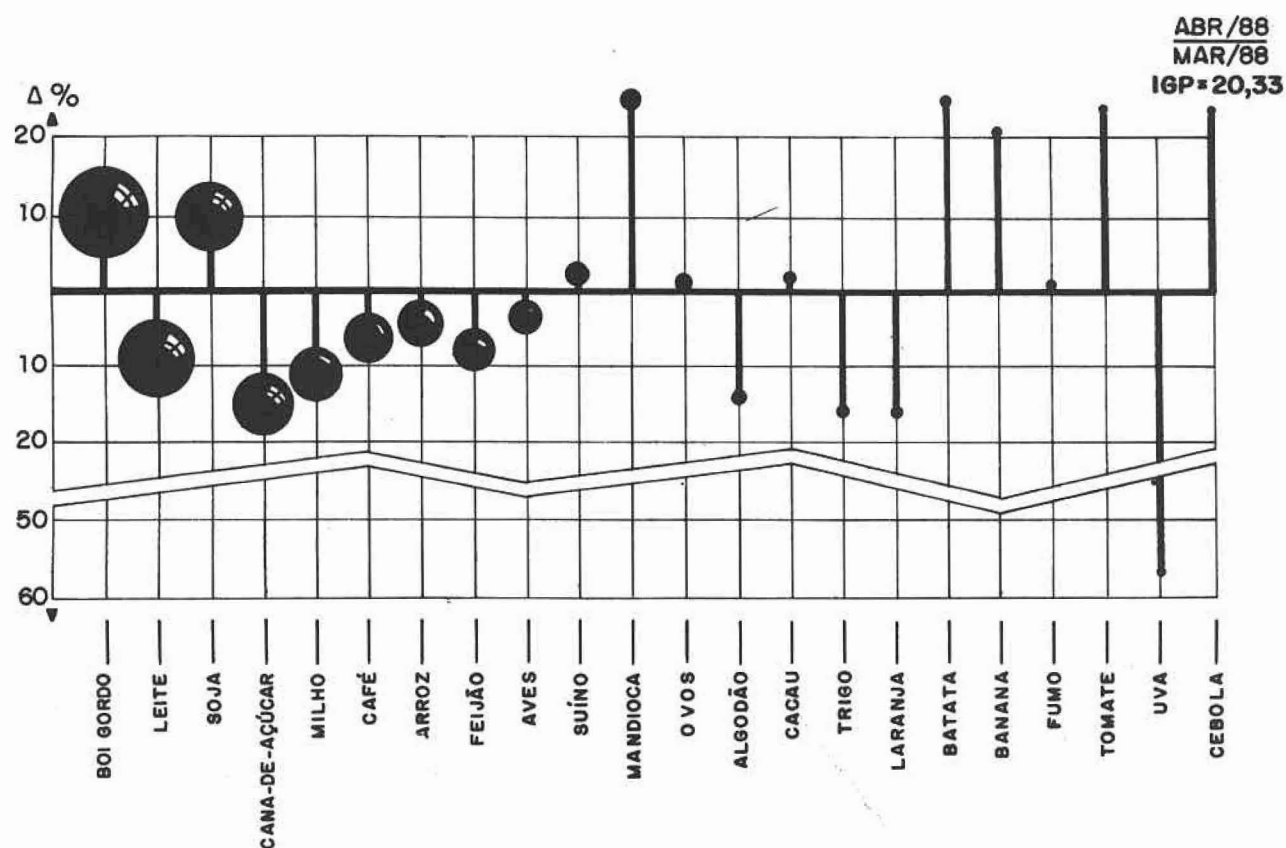
FONTE - Sunab.

¹ O preço do leite-quota para indústria foi fixado em Cz\$ 21,70 e Cz\$ 16,55/litro;

² leite esterilizado (integral, desnatado ou semidesnatado, envasado mecanicamente em embalagens invioláveis, de material cartonado), com 2% de gordura;

³ inclui o valor correspondente à incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP-DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de maio*)

- 1 - Preço médio um ano antes
- 2 - Preço médio no mês de maio*
- 3 - Preço médio na última quinzena de maio*
- 4 - Preço médio na última semana de maio*
- 5 - Comportamento dos Preços Futuros
- 6 - Tendência do mercado
- 7 - Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro - primeira entrega

PREÇO		1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUIN- ZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES												TENDÊN- CIA	FATORES PONDERÁVEIS
PRODUTO						J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M		
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso						9,04				9,13			9,06		9,13		9,16	→	A mais recente estimativa de E.D. & F. Man para o mercado internacional é de produção de 104,2 milhões de t (1,3 milhão de t acima da previsão anterior). O grande aperto na disponibilidade no Extremo Oriente respon- de pelo déficit global, de 1 milhão de t.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso						64,44				60,74			59,62		59,94		60,00	→	Não são boas as perspec- tivas para o algodão dos EUA : os estoques estão estimados pelo USDA em 5,5 milhões de fardos (quase o dobro do pre- visto no outono passado) e as exportações estão calculadas em apenas 6,6 milhões de fardos.
CACAU BAHIA US\$/tonelada						1.629,95			1.644,52			1.670,67		1.706,24		1.731,57	→	Impasses nas negociações do Acordo reforçam ten- dência à permanência de preços baixos.	
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso						133,60			134,96			136,39		136,52		136,87	→	Após sucessivas altas, as cotações começam a cair, devido à incerteza de prejuízos imediatos na safra brasileira, causados pelas últimas geadas.	

FONTE DOS DADOS BRUTOS - Bolsa de Nova Iorque.

NOTA - Todas as cotações são de primeiro futuro.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUIN- ZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES												TENDÊN- CIA	FATORES PONDERÁVEIS
					J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M		
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	190,74	213,49	217,07	217,17	213,49		220,50				231,14		239,31		244,21		↗	O clima seco no Centro-Oeste dos EUA vem prejudicando a safra em curso.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	557,56	739,83	768,14	770,08	739,83		744,63				756,02		764,26		771,40		↗	Os problemas climáticos nas zonas de produção dos EUA têm levado as cotações aos mais altos níveis dos últimos anos.
SOJA FARELO US\$/tonelada	166,50	220,49	232,27	233,67	220,49		222,20				219,89		219,93		221,37		↗	Os norte-americanos esperam que o encarecimento da soja em grão no Brasil , ao tornar inviável o esmagamento, trará maior procura pelo farelo dos EUA . Há rumores de compras da URSS ao Brasil .
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	291,68	325,63	339,41	343,21	325,63		333,99				344,51		350,29		346,76		↗	As áreas produtoras de milho, soja e trigo, nos EUA , estão com pouca chuva há algum tempo. A safra de inverno de Kansas já tem 1/3 da produção em mau estado.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA

- 1 - Preço médio de maio de 1987, corrigido pelo IGP, para maio de 1988
- 2 - Preço médio no mês de maio
- 3 - Preço médio na última quinzena de maio
- 4 - Preço médio na última semana de maio
- 5 - Tendência do mercado
- 6 - Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

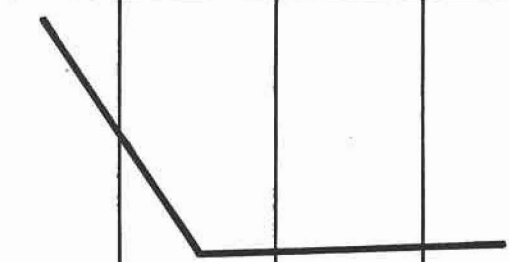



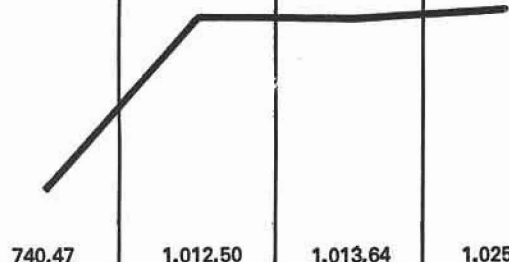

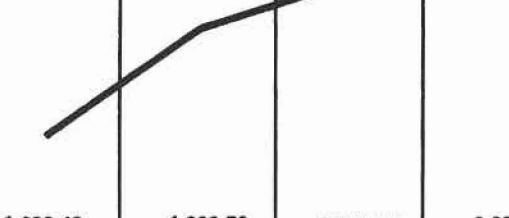

PREÇO PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUIN- ZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊN- CIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6-Sul do BR Cz\$ /15 kg 1º futuro	3.263,47	3.965,00	3.993,93	4.000,00		Segundo a CFP, os estoques, em 1º/03, foram os menores dos últimos três anos, sendo que 50% do produto estocado pelo governo são de tipos inferiores. As compras das cooperativas promoveram o aquecimento do mercado.
ARROZ Amarelo - Est. Cen. Cz\$ /sc. 60 kg	2.147,92	2.985,00	3.054,55	3.050,00		Os estoques permanecem represados pelas regras de intervenção, mas o estreito diferencial de preços em relação à variedade agulhinha mantém sua demanda reprimida.
CAFÉ Tipo 6 Cz\$/sc. 60 kg	21.714,86	13.831,50	13.733,64	13.873,33		Geadas castigaram os cafezais na primeira semana de junho. Os preços estão aumentando, mas a previsão de nova frente fria paralisa o mercado. Há expectativa de preços mais elevados.
BOI GORDO Cz\$/arroba	3.473,98	2.000,00	2.000,00	2.000,00		Inicia-se a entressafra.

FONTE DOS DADOS BRUTOS - Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Catí e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA - Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP - DI.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

<div>PREÇO</div> <div>PRODUTO</div>	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUIN-ZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊN-CIA	FATORES PONDERÁVEIS
<div>FEIJÃO</div> <div>Carioquinha Especial</div> <div>Cz\$ /sc. 60 kg</div>	<div></div> <div>7.091,553.317,503.372,733.475,00</div>				<div></div>	Apesar de o governo ter prorrogado o prazo de amortização dos EGF vin-cendos em abril e maio, o mercado continuou bem abastecido pelas remes-sas regulares da segunda safra.
<div>FRANGO</div> <div>Vivo</div> <div>Cz\$ /kg</div>	<div></div> <div>114,5073,1565,5062,92</div>				<div></div>	A entressafra de carne bovina é contrabalançada pela elevada produção de plintos de um dia.
<div>MILHO</div> <div>Amarelo Semiduro</div> <div>Cz\$ /60 kg</div>	<div></div> <div>740,471.012,501.013,641.025,00</div>				<div></div>	A colheita está-se encer-rando e há demanda firme por parte da avicul-tura.
<div>SOJA - GRÃO</div> <div>Industrial</div> <div>Cz\$ /60 kg</div>	<div></div> <div>1.632,421.990,502.151,362.235,83</div>				<div></div>	A situação do mercado externo repercute sobre a soja brasileira, mas os produtores permanecem indecisos quanto ao me-lhor momento para a venda. A produção de farelo está prejudicada, diante da rápida valoriza-ção do grão.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

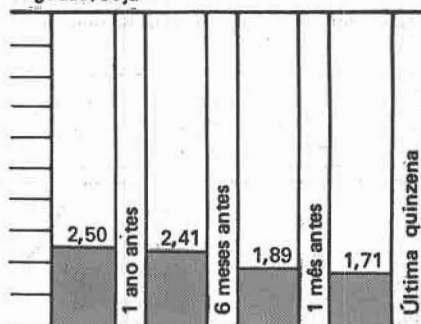
Durante a quinzena, o preço da soja elevou-se no mercado norte-americano, enquanto o do algodão permaneceu estável. A cotação da fibra continuou sob pressão, devido ao menor nível de exportações do produto da safra antiga, a despeito da influência altista do tempo seco observado nas áreas produtoras do Texas.

A predominância de tempo seco na área de plantio de soja nos EUA causou aumento das cotações da leguminosa, da ordem de 4%, enquanto as do milho elevaram-se 2%. Assim, o preço relativo **soja/milho** da última quinzena foi superior ao de um mês antes. Observe-se que, um ano antes, era menor a valorização relativa da leguminosa.

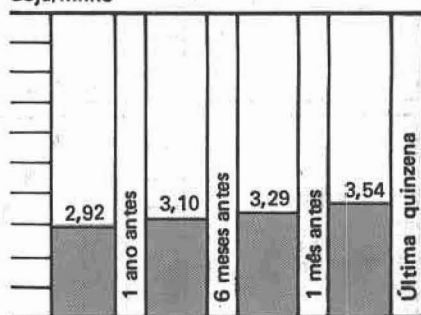
Também devido à ausência de chuvas nas áreas de plantio norte-americanas, o preço do milho aumentou na quinzena, frente à média do mês. Como, no período, a cotação do algodão ficou estável, diminuiu o preço relativo **algodão/milho**.

O aumento de 4,2% registrado no preço do trigo, durante a quinzena, suplantou o do milho, pois, como registra a publicação norte-americana "**Futures Market Service**", há ansiedade quanto ao clima, nas zonas de produção. A precipitação está abaixo do normal nas áreas dos trigos **hard red**, **soft red** e de primavera. Também o trigo de inverno não vai bem e, em **Kansas**, maior estado produtor, 32% da safra foram considerados ruins ou muito ruins. No **Texas**, 1/5 da safra de trigo foi considerado de qualidade pobre.

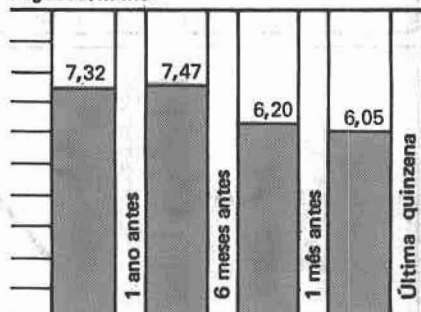
Algodão/Soja



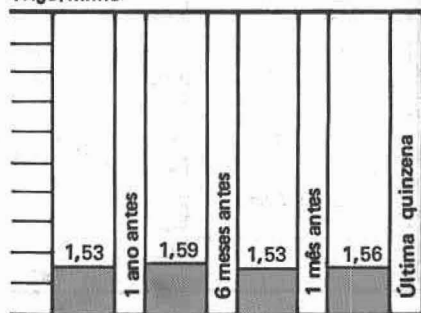
Soja/Milho



Algodão/Milho



Trigo/Milho

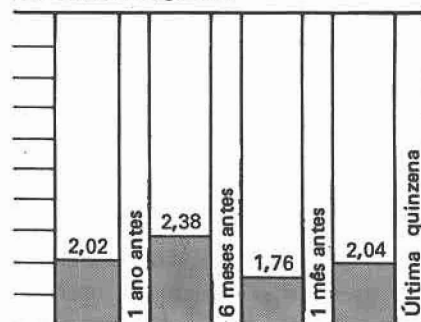


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

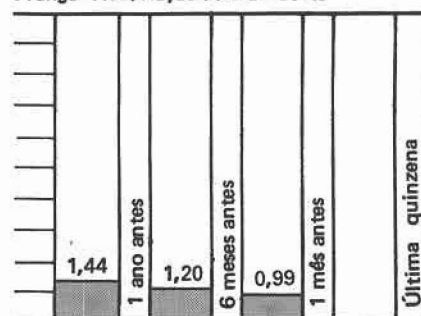
Mais elevado do que o indicador de um mês antes, o preço relativo **boi gordo/frango vivo** da quinzena refletiu a queda de 10% registrada no preço da ave no período, em consequência da produção, em março, de 117 milhões de cabeças de pintos de corte.

Boi Gordo/Frango Vivo



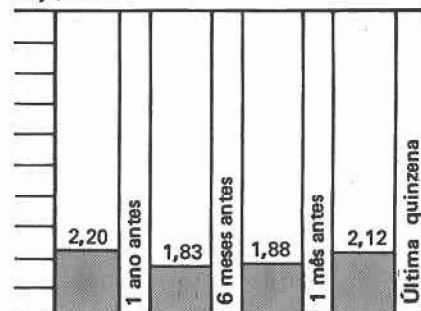
A falta de dados referentes à média quinzenal do preço da ração para ave de corte, compilado pelo **Instituto de Economia Agrícola** de São Paulo, impediu o cálculo do preço relativo da última quinzena.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



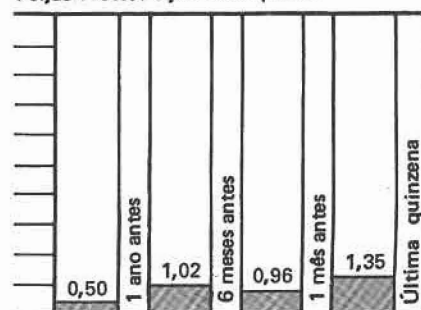
Empurrada pela alta do preço da soja no mercado norte-americano, sua cotação no mercado interno valorizou-se 8% na quinzena, frente à média do mês, causando aumento do preço relativo **soja/milho** no período.

Soja/Milho



Acentuada pela quebra da **safrinha** de Santa Catarina e Goiás, a tendência altista dos preços do **feijão-preto**, observada nos últimos meses, contrapõe-se à estabilidade do mercado de **feijão-de-cores**, provocada pelo bom ajustamento na oferta. A nova política de comercialização para os mercados agrícolas diminui as possibilidades de intervenção e permite a ascensão significativa do preço relativo.

Feijão Preto/Feijão Cariquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave de Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Cariquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do IBGE. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento**. Seus resultados segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 15 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1988, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE MAIO¹

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi*	42.988	956.891 ²
Algodão arbóreo (em caroço)*	748.835	167.086
Algodão herbáceo (em caroço)*	1.759.368	2.134.670
Alho*	9.571	38.127
Amendoim (em casca)	102.791	173.291
Amendoim (1ª safra)	71.617	129.156
Amendoim (2ª safra)	31.174	44.135
Arroz (em casca)	6.004.499	11.972.658
Aveia (em grão)*	112.292	129.383
Banana*	380.114	423.108 ³
Batata-inglesa (1ª safra)	105.846	1.407.836
Batata-inglesa (2ª safra)*	50.197	591.298
Cacau (em amêndoa)*	100.923	70.646
Café (em coco)	2.859.414	2.912.080
Cana-de-açúcar*	4.330.171	273.046.936
Castanha de caju*	316.897	113.288
Cebola	68.368	742.396
Centeio (em grão)*	2.112	2.681
Cevada (em grão)*	83.436	157.918
Coco-da-baba*	146.917	492.893 ²
Feijão (1ª safra)	3.462.961	1.822.227
Feijão (2ª safra)*	2.451.784	1.238.246
Fumo (em folha)*	264.099	435.526
Guaraná (semente)*	3.853	1.104
Juta (fibra)	14.048	16.487
Laranja*	783.813	73.079.686 ²
Maçã	21.285	2.119.482 ¹
Malva (fibra)	46.949	54.116
Mamona	316.378	214.693
Mandioca*	1.706.534	21.048.309
Milho (em grão)	13.089.858	24.684.466
Pimenta-do-reino*	2.003	3.254
Rami (fibra)	8.000	18.400
Sisal ou Agave (fibra)*	120.397	87.134
Soja (em grão)	10.523.101	17.983.609
Sorgo (em grão)	182.040	346.798
Tomate*	57.400	2.098.144
Trigo (em grão)*	3.342.489	5.602.390
Uva	59.117	760.403

FONTE – IBGE.

* Os dados acima referem-se aos principais estados produtores e não ao **Brasil** como um todo.

¹ Dados preliminares sujeitos a retificações;

² Produção em mil frutos;

³ Produção em mil cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02

Tel.: 551-1542

CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes

Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:

Presidente: Luiz Simões Lopes

Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flores

Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.

Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:

Presidente: Alberto Pires Amarante

Vice-Presidente: Theodoro Arthou

Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique Sergio Gregori, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões

Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen

Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:

Diretor: Julian M. Chacel

Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian M. Chacel (respondendo)

Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro

Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima

Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)

Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa

Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.

Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)

Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL